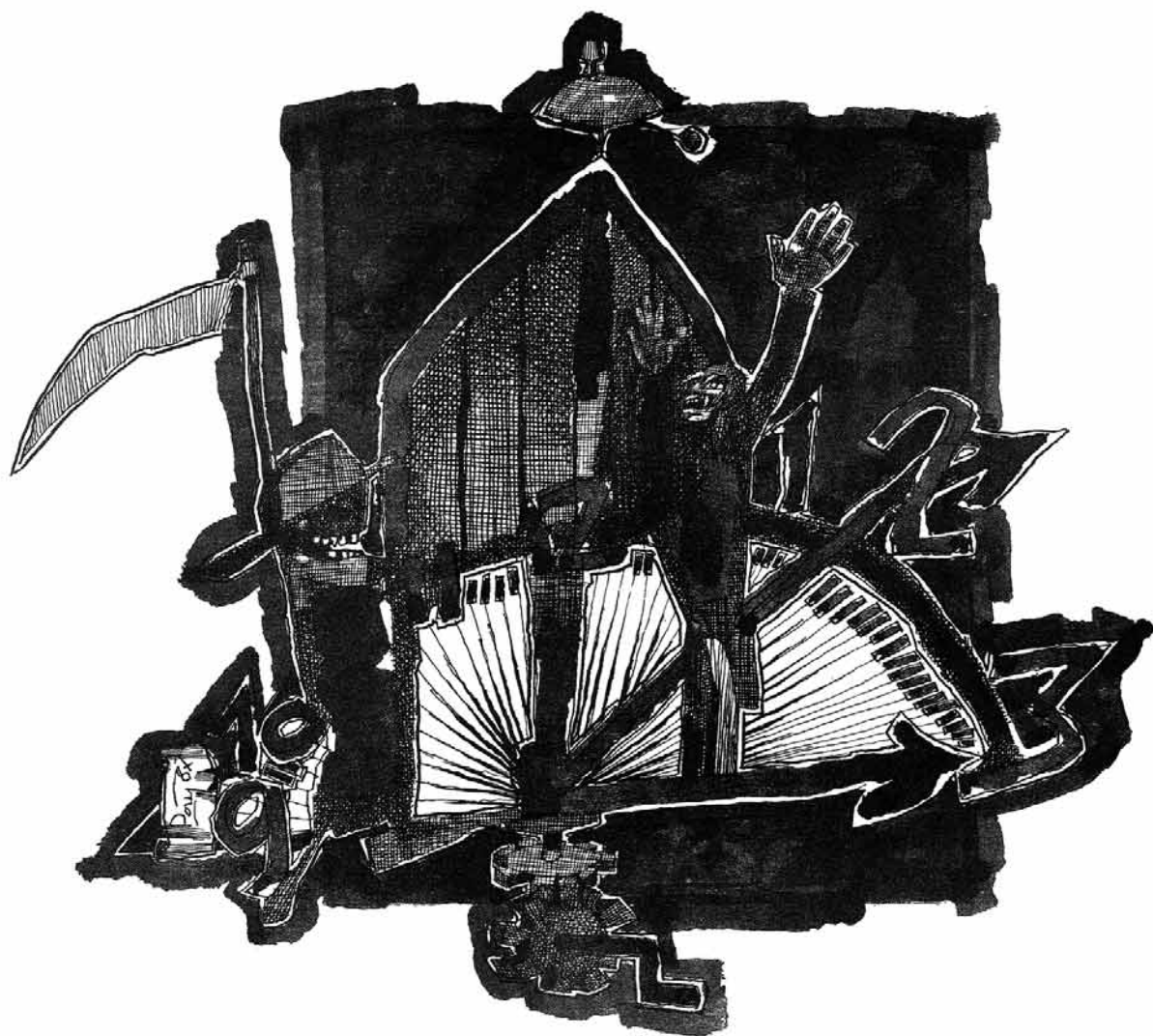




nicolau
nicolau
nicolau

ANO I — N.º 5

ALICE RUIZ **CARLOS MARÉS** **POTY** **JOSÉ J. VEIGA** **OTÁVIO DUARTE**
MARILÚ SILVEIRA **LEILA PUGNALONI** **HÉLIO TEIXEIRA** **JAMIL SNEGE**
ERNANI BUCHMANN **IVAN SCHMIDT** **BONA TURRA** **LUIZ GERALDO MAZZA**
CAMBÉ **TÉLIA NEGRÃO** **AROLD MURÁ** **JOÃO ANTÔNIO** **NILSON MONTEIRO**
ROBERTO GOMES **DIMAS FLORIANI** **MAURY CRUZ** **LUCIANA PETRELLI**
EDUARDO NASCIMENTO **LUIZ STINGHEN** **ADÉLIA LOPES** **TELMA SERUR**
RITA BRANDT **JOSELY BAPTISTA** **ROSSE BERNARDI** **IVENS FONTOURA**
KEY IMAGUIRE JR **DINAH RIBAS** **SIDNEY DAVIDSON** **MARCELO JUGEND**
PAULO LEMINSKI **ÁLVARO JR** **SAMWAYS JR** **MARAVALHAS** **LULI MIRANDA**
JAQUES BRAND **SÍLVIO SILVA JR** **DANTE MENDONÇA** **WILSON BUENO**

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
 IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

editorial

As comunidades negras dos Campos Gerais do Paraná, reportadas pelo agudo senso jornalístico de Adélia Lopes, as Áfricas revividas pelo talento de Têlia Negrão, a sina (e o signo) da diáspora na análise de Dimas Floriani — a partir da saga do exilado chileno Miguel Littin —, o país dos enfeitados na ótica singular do escritor João Antônio, o mítico poema guarani, comovente exemplo da resistência de uma língua assediada por séculos de dominação, os nossos índios, na visão de Carlos Marés, e até mesmo o "último" dos ecologistas desde já imortalizado na surpreendente ficção-científica de José J. Veiga — entre outros temas —, se pretendem, nesta edição de *Nicolau*, a viva manifestação de nossa profunda solidariedade para com os segregados, os oprimidos, os postos-de-lado e à margem. E nem haveria melhor oportunidade que esta quando se comemora, em todo o país, o cívico negro novembro do aniversário de Zumbi dos Palmares, herói popular, símbolo, lenda e legenda.

A tudo o olhar *Nicolau* colhe, e não quer, para si, a marca daquela "simpatia consoladora" que só faz perpetuar, ante a questão das minorias, os instrumentos da dominação e do engodo.

Impõe-se, pois, mais do que a reflexão, o exercício diário, constante e nunca esmorecido, que nos leve à prática da efetiva identidade entre humanos, sem o que todo discurso sobre "democracia" cairá na retórica inconsistente dos que aspiram, em vão, imobilizar a História.

Wilson Bueno

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Governador
ALVARO DIAS

Secretário de Estado da Cultura
RENÉ ARIEL DOTTI

Diretora da Imprensa Oficial do Estado
GILDA POLI

Publicação mensal
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Tiragem: 157.500 exemplares
Distribuição gratuita.

Curitiba, novembro de 1987
Ano I — Nº 5

Editor
WILSON BUENO

Editor-assistente
JOSÉLY VIANNA BAPTISTA

Revisão
ZELIA SERENO

Programação Visual
LUIZ ANTONIO GUINSKI
RITA DE CÁSSIA SOLIERI BRANDT

Redação: Rua Emanoel Pereira, 240
Curitiba — Paraná — CEP 80410
Tel.: (041) 225 7117
Telex: 416245

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião deste jornal.

A editoria de *Nicolau* se reserva o direito de publicar ou não matérias não solicitadas, bem como não se responsabiliza por sua devolução.

nicolau



CAPA: desenho de POTY

PAINEL



AS PROFANAS ESCRITURAS

O mundo é um objeto de livre-exame.

Essa natureza é o que há de mais democrático — expondo-se a tudo e a todos, continente de vários conteúdos. Você olha e já está interpretando, ainda que em idioma sutil.

E fazer escritura dessa interpretação — seu retrato-escrito —, esse contar aos outros o que se viu, é obedecer ao imperativo categórico da vida: comunicar para participar. É a expressão da raça querendo cuidar de si mesma. Os homens escrevem para os homens — é a ânsia da *parte* trabalhando para o *tudo*.

Nesse moderno, nunca tantos escreveram tanto ... para tantos lerem tão pouco.

Nesse pós-moderno, o compromisso é outro: a verdade.

Agora, fazer escritura é fazer ruptura. É profanar os cadáveres da tradição, dos usos e costumes, da cultura, que congelam e ocultam a verdade — a dinâmica universal, o essencialmente humano.

Ao fazedor de escritura cabe a liberdade do estilo de não ter estilo, mas também o dever de quebrar as lentes de contato sociais — que nos fazem ver um mundo que não muda — e ver o mundo a olho nu.

Anátema às sagradas estruturas da mortalidade humana. Anátema conciso.

Do novo.

Joel Samways Neto — advogado

MEMÓRIA A RECOLHER

Oitenta e tantos anos. Ereto, lúcido, loquaz, lépido no raciocínio e no movimentar o corpanzil italo-brasileiro alimentado à boa polenta de Santa Felicidade. Quase sempre acompanhado de uma larga pasta, onde se guardam os mistérios mais sagrados de sua vida e os quais está sempre disposto a repartir com os que lhe pedem ajuda.

Da família imediata, restam alguns, vivendo, como ele, a mesma profissão de fé. São longevos, sagrados pela esperança daquilo que está para vir e que só os olhos da fé são capazes de divisar na sociedade secular.

Puxar-lhe a memória pode ser um exercício, uma espécie de teste para o interlocutor. O pesquisador interessado em conhecer os últimos 60 anos da vida de Curitiba, e particularmente da história educacional do Paraná, não verá o tempo passar. Pois, afinal, o tempo não passou para Dom Jerônimo Mazzarotto, bispo da Igreja, pioneiro do Batel, formador de gerações no antigo Liceu Paranaense, onde fez escola como latinista e mestre de mestres.

Dom Jerônimo, lépido, ágil, física e mentalmente, é memória do Paraná dos últimos 60 anos. Ouvi-lo é obrigação. Recolher sua riqueza interior e suas reminiscências é questão de justiça. Afinal, as verdades dele são eternas. Ele, do ponto de vista meramente humano, passará. Como vai passando o dialeto italo-eclésiástico que o bispo, como poucos, saberá transmitir. Primeira sugestão, pois, para um gravador ligado e muitas perguntas na ponta da língua. Em nome da memória do Paraná, raquítica por ausências como a que "cometemos" contra ele.

Aroldo Murá — jornalista



CURITIBA, MON AMOUR

Curitiba: muitos; tibia: pinheiros. Lição repetida à exaustão, entre bocejos, burlando os olhares austeros da professora. Noites densas. Eu, na minha cama, paralisada de medo do lobisomem do Cajuru. Quietude. Alta madrugada me acalmo, ouvindo a carroça do verdureiro passar, sininhos tocando suavemente. Amanhece. Cidade pequena, gente conhecida. Poucos carros. Rádio. Muitas missas em latim, procissões intermináveis. Verão de noites quentes. Crianças correndo nas calçadas, em torno das mães e da avó libanesa, sentadas em suas cadeiras de polaco. Céu profundo, milhões de estrelas. Tão lindo!

Domingo de festa. Quermesse, Parque Alvorada, Passeio Público, comendo pinhão, pipoca e algodão-doce. Empregadinha com soldado. Família passeando de ônibus. As prostitutas da Riachuelo de plantão, desafiando os bons costumes. Tão bom de ver! Chuvisco interminável, dias cinzentos. Vizinha espionando na janela. Felicidade e tédio. Amor e ódio. Acomodação e revolta. Guerra de gerações. Decadência dos clãs. Dissolução absoluta dos grupos raciais e culturais. Televisão. O ontem e o hoje. A província sucumbe sob a marcha irreversível dos tempos. E, apesar de tudo, uma incrível, uma imensa saudade do passado...

Telma Serur — jornalista



OS LIMITES DA TRANSIÇÃO

Estamos, sem dúvida, no limiar de um novo tempo. Mas só no limiar. Ainda não consolidamos nada. O caminho deve ser percorrido de acordo com o tamanho e a força das pernas do caminhante.

Iludiu-se quem achou que a Nova República seria a redenção do Brasil. Era fria. A força hegemônica do processo é conservadora. Assim, ele é conservador. Avança, mas avança pouco. Quem soube enxergar isto não está decepcionado.

É preciso, no bojo deste processo, aprofundar ao máximo possível as conquistas, elevando o palco de luta (quer dizer, todo o contexto sócio-político-cultural) a um novo patamar, mais elevado. E, nesse patamar, trabalhar as condições do nosso povo, a fim de que ele venha a criar um novo momento de avanço, um pouco menos conservador e, por isso mesmo, capaz de conquistas mais profundas.

E assim por diante. Mas atenção! O outro parâmetro é a não desestabilização do processo, pois aí se perderia até esse pouco hoje ao alcance da mão, e o retrocesso poderia representar mais 50 anos de atraso. Como da última vez, lembram?

Marcelo Jugend — advogado

NÃO AO PATERNALISMO

É no processo de expressão cultural que se exprime o verdadeiro teor (e peso) da liberdade individual. Presa a quaisquer tipos de padrões ou diretrizes verticalizadas, a cultura, quando não se auto-imola, esconde-se, ressentida-se, disfarça-se, porque lhe é inerente a quantidade de espaço de que precisa para tornar autêntica sua dimensão. Por isto, o maior inimigo da cultura é o paternalismo, porque, de pai, vira patrão e dita normas. Que dos ateliês, por mais pobres e imundos que sejam, das coxias, por mais improvisados e angustiantes tenham sido os ensaios, das cabeças e das almas, por mais perversa e dura tenha sido a vida, brotem telas, peças, poemas, esculturas e livros, cujo parto, de tão doloroso, estale e brilhe sob o signo da liberdade. Isto tudo, somado aos nossos mitos, às nossas crenças, à nossa paisagem, à nossa malemolência, pode ser... tem que ser a cultura brasileira. Se aprendermos bem a distingui-la, vai ter *frisson* demais nos corações. Este país, é de se ver, espanta, surpreende e fascina.

Sidney Davidson dos Santos
— advogado

UMA SECRETARIA PARA O MAR

Recentemente, tive a honra de entregar ao governador Alvaro Dias memorial que contém a proposta de criação da Secretaria do Mar, subscrita com o jornalista Jaques Brand. Reunimos ali argumentos em favor de uma presença atlântica do Paraná, tanto no campo das pesquisas oceanográficas quanto no âmbito da indústria pesqueira — com o devido respeito aos parâmetros ambientais.

Audaz em tantas frentes, a administração de Alvaro Dias pode sê-lo também numa das áreas do progresso científico e da tecnologia aplicada à produção de alimentos que, no Brasil como um todo, ainda fica a dever aos padrões internacionais. Enquanto os antipodas, como japoneses e soviéticos, lançam-se por toda a parte à procura das reservas protéicas do mar, permanecemos, como os caranguejos de Frei Vicente de Salvador, agarrados à costa, numa tímida pesca de cabotagem.

O desenvolvimento da indústria pesqueira paranaense poderá: 1. empregar milhares, talvez centenas de milhares de profissionais, a bordo ou em terra; 2. abrir nova fase para a economia desembarcada, nos estaleiros, nas indústrias de equipamentos e acessórios; 3. alimentar milhões.

O mar: precisamos tornar produtivo este latifúndio.

Luiz Henrique Bona Turra
— acadêmico de Direito



POLÍTICA PEDAGÓGICA DA CULTURA

A educação e a cultura devem estar intimamente interligadas, visando instaurar uma mentalidade que nos permita alcançar o conceito crítico de uma política pedagógica da cultura.

Devemos urgentemente integrar cultura e educação, criando uma unidade de produção nacional, onde escola não é prédio, mas mentalidade. O momento é de fortalecimento do currículo cultural da nação brasileira.

Sempre estamos a sofrer a crise da falsa criatividade. Afirmamos que o brasileiro é criativo e que, mesmo sem recursos adequados, consegue alcançar o novo, a invenção, a descoberta, a inovação. Para vencermos essas impropriedades conceituais, precisamos de recursos humanos, profissionais capacitados, equipamentos culturais, escolas, que formem o técnico, desmistificando o conceito errado, de criatividade.

A política pedagógica da cultura não consagra a incompetência, pois trabalha o conhecimento, a técnica, usando a metodologia adequada, revigorando as instituições, legitimando a cultura do povo.

Maury Rodrigues da Cruz
— museólogo

TEATRO: O QUE SE VÊ?

Curitiba está vivendo uma época de plena efervescência cultural, para não dizer "eventual". A programação musical e teatral ocupa quase todas as salas de espetáculos nos finais de semana e a pessoa disposta a não perder nenhum deles teria que empreender uma verdadeira maratona correndo de um teatro para outro.

Agora, uma coisa é importante constatar: o público consumidor, ao selecionar a sua programação, segue necessariamente três critérios: 1.º, se for global (com as estrelas de primeira grandeza da Vênus Platinada) já passou no teste; 2.º, espetáculo internacional;

3.º, o mais caro é o preferido. Não há crise entre os curitibanos frequentadores. O Ballet da Coreia (diga-se de passagem, um espetáculo de beleza inigualável) leva de cada espectador nada menos que quinhentos cruzados, e o teatro tinha poucas poltronas vazias. E por aí afora. Em contrapartida, concertos realizados na Reitoria, ou mesmo no Teatro Paoli, com instrumentistas de primeira linha, têm tido sua frequência com menos de meia casa.

O que determina a escolha certa para um programa de qualidade? A imprensa tem dado o verdadeiro valor a essas promoções "menos retumbantes"? Ou o público é que prefere essa linha de programação?

Dinah Ribas Pinheiro — jornalista



HQ: MOMENTO DE DECISÃO

O quadrinho brasileiro vive momentos decisivos. Por um lado, estão surgindo ótimas revistas — *Chiclete com Banana*, *Geraldo*, *Circo* — e, por outro, o esquema disneyano alienador apresenta sinais de cansaço e regressão. Nem mesmo uma reação, como a que se esboça nos novos frutos da babaliquice reaganiana (*wolverine*, *He-man*, *Comandos em ação*), parece salvar o quadrinho americano de um naufrágio definitivo. Contamos com um aliado parcial nessa briga: o quadrinho europeu, de excelente nível artístico e menos caretice.

Esse momento depende, agora, de dois fatores: do comportamento dos editores, aos quais ainda falta o discernimento necessário para investir no autor brasileiro, e do público leitor, fator maior de prestígio, que tem que largar mão de se deixar empulhar por esses enlatados e passar a ler mais as coisas produzidas em função de sua realidade.

Key Imaguire Júnior — arquiteto

FRAGMENTOS DE MEMÓRIA - III

Roberto Gomes

1950

Estamos na varanda, eu e meu pai. Ele toca violão e canta baixinho:

"Tai,
eu fiz tudo
pra você gostar de mim..."

Escuto a voz de meu pai, vejo o rio Itajaí correndo por detrás das árvores, e tenho naquele momento a impressão de que se passaram muitos anos e que eu estou apenas me lembrando de que eu e meu pai estamos na varanda. Ele toca violão e canta baixinho:

"Tai,
eu fiz tudo
pra você gostar de mim..."

1973

No primeiro acidente, o automóvel desgovernou no final de um dos corredores da universidade e quase me atropelou. No segundo, surgiu das páginas de um livro e se espatifou contra meus olhos. No terceiro, saiu do espelho, fazendo contra o asfalto.

Aquela foi uma semana cheia de acidentes. Eu estaria enlouquecendo? Na sexta-feira, saí em viagem e, perto de Blumenau, vi o mesmo automóvel se desgovernar no final da curva e avançar na minha direção, chicoteando enlouquecido de um acostamento a outro. Pensei: agora é pra valer. Não senti medo. Decidi: ele vem em ziguezague — vou reduzir a marcha e me jogar para o lado em que ele estiver.

Reduzo a marcha, espero, o carro dança à minha direita e eu acelero naquela direção. Ele completa o rodopio e passa rente a mim, à esquerda. Retorno à estrada e, no espelho retrovisor, vejo o carro no ar, colidindo com uma camionete. Paro no acostamento, exausto: afinal, durante uma semana eu me preparara para não morrer.

1965/1966

Bêbados, nós passávamos pela 24 de maio quando já era madrugada e eu via, na última janela do convento dos franciscanos, a mesma careca aureolada pela luz pálida de um abajur. Às vezes via também a mão magra apoiando a testa do homem que lia muitos livros. Eu dizia: "Está salvando nossas almas!" — e ia beber mais um tanto.

No ano seguinte, entra na sala da universidade um homem alto, magro, carregando uma pasta cheia de livros. Era o professor de Filosofia Grega. Ele sorri encabulado, inflando umas bochechas inesperadas. Senta-se à mesa e, de perfil para mim, não tenho mais dúvidas: já vi aquela mão magra segurando a mesma careca à luz pálida de um abajur.

1987

Talvez já faça um ano que Frei Raimundo Vier morreu. Não sei. Sei que através de sua explicação metódica convivi durante um ano

com os filósofos gregos. Ele era um homem tenso, rigoroso, severo. Um dia tocou para fora da sala uma freirinha que cochichava enquanto Sócrates exercitava a maiêutica. A freirinha foi chorar desconsolada — como consolar uma freirinha? — num canto do pátio. Noutra ocasião, Frei Raimundo deu uma demonstração de pontaria digna das olimpíadas gregas, acertando um giz na testa do nosso colega Manfio, que roncava na última carteira, indiferente à Alegoria da Caverna.

Hoje, lendo um livro sobre a Grécia, lembro de Frei Raimundo. Das aulas, das explicações minuciosas, do rigor na exposição da história do pensamento. Lembro de um homem desajeitado e tímido, que se recusou a viver no século XX. Mas lembro, sobretudo, que após as aulas ele ia sempre até à cantina, pedia uma média, derramava-a no pires e ia bebendo aos poucos, de pires em pires, com um cuidado rigorosamente filosófico.

1974

Aquele outro era uma exceção entre os professores da universidade. Um dia me confessou:

— Não sei como você consegue ler tanto! Eu li uma, duas páginas e fico com dor de cabeça!

Uma exceção pela candura e ingenuidade, não pelo número de páginas e dor de cabeça.

1982

O poeta, majestoso e tonitroante, jogou agressivamente os originais sobre minha mesa e ameaçou:

— Quero publicar este livro, mas tem uma condição.

— Qual? perguntei.

— Não admito passar por conselho editorial. Publica?

Bocejei:

— Não.

1986

Descubro, afinal, que a astronomia é uma ciência que versa sobre o passado. O motivo é óbvio: o céu que vemos é apenas um registro do passado. Alfa-Centaurio não está a 4,6 anos-luz de distância. O que assim designamos é apenas um ponto luminoso que nos diz onde estava Alfa-Centaurio há 4,6 anos-luz, que é o tempo que ela, a luz, levou para chegar até nós. Somos contemporâneos de novas que explodiram há centenas de anos-luz, de estrelas que já viraram buracos negros. Mesmo o sol, tão próximo, é visto onde estava há 8 minutos atrás. Como se tudo estivesse acontecendo no presente, diríamos, caso presente, passado e futuro fizessem algum sentido fora das pequenas aflições humanas.



Roberto Gomes é autor, entre outros livros, de *Alegrias mendicantes de um cadáver* (Cultrix, Círculo Editorial, 2ª ed., 1981), *Antes que o leito desabe* (Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981), *O menino que descobriu o sol* (Cultrix, Círculo Editorial, 2ª ed., 1985), *Carolina do norte, venha!* (Cultrix, Círculo Editorial, 1985), e *Cinco de maio* (Lumina, Cultrix, Círculo Editorial, 8ª ed., 1986).

NÓS NO EIXO MONUMENTAL

Hélio Teixeira

Na experiência paranaense deste mês, Nicolau traz as luzes do jornalista Hélio Teixeira sobre o fenômeno da crescente presença de paranaenses em posições de força no xadrez dos partidos políticos e do Congresso Constituinte. Enfant terrible das redações por onde passou (Folha de Londrina, Placar, Veja), lendário chefe de reportagem e editor, atleticano, palmeirense, casado, dois filhos, Hélio hoje assessora simultaneamente os senadores José Richa e Mário Covas. Tem 37 anos.

Me lembro como se fosse hoje a conversa com o então governador José Richa, primeiro em seu gabinete, depois num almoço regado a uma pão-dura água mineral. Eu, na época editor da *Veja*, havia lido um completo levantamento feito pelo Etevaldo Dias (hoje chefe da sucursal do *JB*, em Brasília) sobre as histórias secretas de Tancredo e que viraria uma célebre capa da revista. Em várias passagens, surgiam dois nomes paranaenses: Richa e Affonso Camargo, então coordenador da campanha de Tancredo. Amigo do "turco" desde 1972, quando era prefeito de Londrina, desembarquei em Curitiba e fui direto ao Palácio, mesmo sabendo que ele raramente se permitia inconfidências políticas, notícias de coqueira, o *off* tão necessário a qualquer jornalista.

O dossiê preparado pelo pessoal de Brasília, porém, me permitia checar suas passagens na trajetória que quase levou Tancredo à Presidência da República. Richa sabia mumunhas, lamúrias, piches e louvações ocorridos durante a campanha das diretas e o período difícil que se seguiu na vida política deste país. Entre tantos dados havia um que me chamou a atenção, porque envolvia Curitiba e tinha um sentido de aventura. O coronel Kurt Pessek, hoje na reserva e na assessoria do Ministério da Justiça, era o responsável pelo esquema de segurança de Tancredo. Pairava sobre o país a síndrome do golpe ou ao menos desenvolvia-se em gabinetes refrigerados teorias conspiratórias, imaginando Figueiredo se esgueirando por mais alguns anos de mandato.

Com o exemplo do golpe de 1964, o coronel Pessek armou uma estratégia, na qual, sob a influência do III Exército, Curitiba seria a capital da República. Tancredo embarcaria, em Brasília, num avião da VASP, e escaparia para a sombra dos pinheirais, onde começaria a resistência ao golpe. Como sabemos, não houve golpe (ainda), Tancredo morreu e eu, coitado (sniff, sniff), é que estou em Brasília. Tenho plena certeza, porém, que, como o sabia o Chico Buarque, sei que ainda vou voltar. Sei que tem gente não querendo isso, mas que eu volto, volto.

Só quem não saiu daqui não tem esse atavismo. Mas aí é que reside a contradição e talvez até a razão de se viver. Curitiba é ótima. Duro é agüentar certos curitibanos, principalmente adotivos. Esses têm que botar a cara fora deste Estado, dar uma furejada lá e, finalmente, suspender (porque parar de vez vai ser difícil) essa briga provinciana representada pela autofagia paranaense. O Leminski é o supra-sumo até para a *Folha de São Paulo*, mas é xingado no Bar

Palácio. O Mazza, se resolvesse abandonar a avenida Paraná com a Lucy e sua nova "descoberta" — o restaurante Fundo do Quintal — seria, com segurança, o mais aplaudido crítico de comportamento e da política da imprensa. A Cila se desgarrou, voou para Brasília, a Ruth, do *JB*, pensa nesse rumo, o cachorrão do Eduardo Sganzerla, o Pedro Franco se perdesse a timidez, o Jorjão, Paulino, Tereza Urban, Terezinha do *The Globe*, Elza, Joel. Enfim, se esqueci alguém na área do jornalismo que ainda tem dúvidas sobre talento e competência, desculpe. É ir, ver e crer.

Sabemos de cor e saltado que Brasília, e mais recentemente o Maranhão, tem as rédeas. Nós, em nossa introversão, achamos que não podemos bancar os bandeirantes do fim do século. A verdade, porém, é que já estamos montando uma tribo no Planalto Central. Morrendo de saudade das sombras dos pinheirais ou das botas "gostoso" empoeiradas de terra roxa. Mas que já chegamos ao eixo, isso não há dúvida. Estamos lá. O eixo, pra quem não ouviu falar, é uma baita avenida de seis pistas, que corta a capital federal desde o extremo sul até o final da Asa Norte. Asa, é bom explicar, seria aquilo que Ícaro grudou com cera, o sol derreteu e o inventor escafedeu-se, ou o que faz planar os Boeing 737 capazes de em 90 minutos nos deixar no Affonso Pena. Lá, contudo, é um eufemismo para identificar zona norte e zona sul da capital federal. Desconfo que o Lúcio Costa, mancomunado com o Niemeyer, inventou a asa para não chocar com a semelhança que fatalmente ocorreria entre zona pobre do Rio (norte) e a badalação de Ipanema, Leblon e vizinhanças da zona sul carioca.

Em todo caso, lá no Planalto Central não adianta nem dar asas à imaginação. Não há pinhão nem geada. Vacas holandesas malhadas não circulam perto do aeroporto. Nas ruas não se vêem polacas de bochechas rosadas, olhos azuis e pernas torneadas. Não têm velhos nostálgicos tomando sol com chapéus de feltro, nem os jornais estão expostos nas bancas de revistas. O chope sai apressado e o quentão não é de vinho e gengibre. Quentão é o clima que faz a polacada verter sangue pelo nariz. Fala-se em surubi no Araguaia e não em lambari do rio da Várzea. Não tem o "Bife Sujo", o "Bar Palácio" ou o "Cachorro-Quente". É o "Piantella", "Florentino", quando o salário pinta, ou o "Mistura Fina", quando o bolso esvazia. Não há esquinas, não tem conversa. Só no Congresso e repartições. E botequins.

Brasília ostenta três "d": deslumbramen-

to, desalento e desespero. A tribo paranaense tem os três tipos. Os deslumbrados têm certeza de que estão a um passo do Palácio do Planalto. É até possível. Se não tiver um guarda da Polícia do Exército ou um segurança palaciano, acham que botam o pé na rampa. Subi-la é que é difícil. O maior grupo é o do desalento. Como em Brasília tudo é quadrado e igual, as quadras, os apartamentos, as avenidas e vielas, os desalentados xingam a cidade e sonham com a Rua das Flores e a Boca Maldita. Estou nesse time. O maior da tribo, diga-se. Somos uns sonhadores. Sonhamos, por exemplo, em reduzir a quase onipresença nordestina na burocracia capenga, insossa, ditatorial que empaca a vida deste país, em Brasília. A começar pelos maranhenses. É claro, por razões que discretamente deixo de comentar.

Por incrível que possa parecer, há quem trabalhe na capital federal. Não são muitos, mas a imensa maioria com raízes no sul. Entre esses há alguns mais abelhudos que resolvem bisbilhotar contracheques de marajás. Tem bicho paranaense que se enraivece, outros — cá entre nós — que ficam com uma baita inveja. Ao menos do turbante ... Não se diga por essas e por outras que sou contra o nordeste. Ao contrário. Adoro uma carne-de-sol, uma especiaria que só eles sabem fazer, da mesma forma como tem outra especialidade: sinecuras oficiais. As exceções existentes, favor vestir a carapuça. Se abandonassem os empregos como esquecem o "r" do final de palavras (sinhô, senadô, dotô) já seria uma mão na roda, ao menos ao alfabeto pátrio.

Como disse acima, somos sonhadores. Para melhorar o colóquio, falemos de lazer em Brasília. É ótimo, caso alguém da tribo ostentasse uma mansão no Lago sul ou norte. Af pintaria um churrasquinho esperto e dominical. Lazer brasileiro é andar de carro ou frequentar botequins. *No more*. Esse abandono ou desalento com essa cidade é esquecido pelo menos momentânea ou temporariamente com a solidariedade. O verbo "enturmar" é conjugado diariamente. Senão, não dá.

Bem, e o desespero! Vou avisando. Quando chegar a esse estágio, os nobres editores deste vibrante veículo saberão que tenho 17 anos da chamada prática jornalística. Véspera, portanto, da maioridade profissional. Se for o caso, até deixo a barba crescer ... Em compensação, se o guarda da rampa deixar e "nóis" conseguirmos abandonar o eixo e subir a rampa! Nem pensar. Não será apenas Brasília que irá tremer ...

Hélio Teixeira, jornalista

PIRES LARANJEIRA: a última flor do Lácio nas letras afro

Entrevista a MARILÚ SILVEIRA

Vida e literatura de África, literatura do Brasil em Portugal, escritores e política, influência dos brasileiros nos africanos de língua portuguesa: alguns dos assuntos de Pires Laranjeira — em sua fugaz passagem por Curitiba vindo d'além mar — nesta entrevista exclusiva para Nicolau.

Professor de Literatura Africana de Expressão Portuguesa em Coimbra, reafirma aqui, entre outros temas, a importância da tentativa de inclusão dessa disciplina nos currículos de Letras das universidades brasileiras.

José Luiz Pires Laranjeira, 37 anos, nascido em Melgaço, Portugal.

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra, responsável pela cadeira de Literatura Africana de Expressão Portuguesa. Jornalista. Veio a Curitiba orientar curso de extensão universitária, relativo à Literatura Africana, na Universidade Federal do Paraná, cumprindo um extenso roteiro que inclui também as Universidades de Londrina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e a Federal Fluminense. Chega ao Brasil, pela segunda vez, graças ao Instituto Luso-Africano para o Desenvolvimento e Atividades da População.

Casado com Cristina Mello, uma londrinense que foi a Portugal fazer o curso de Mestrado em Letras, Pires Laranjeira é pai de Rómia, de 6 anos, e um amante do Brasil — espera um dia vir com a família de vez para cá.

"Sinto-me em casa, diz ele", agora um habitante de Coimbra — desde setembro —, após viver um longo período em Rio Tinto, próximo à cidade do Porto.

"Por isso gosto do que Dalton Trevisan escreve. Lembra-me uma Curitiba antiga que não conheci mas que imagino ter sido semelhante ao Porto."

Na primeira vez em que esteve no Brasil, Pires Laranjeira cumpriu a façanha de percorrer dez mil quilômetros de ônibus. Travestido de turista conheceu o que de melhor a EMBRA-TUR da época — 1982 — tinha a oferecer.

A segunda viagem é diferente. Feito um brasileiro, caminha pelas ruas apenas com os olhos de morador, de íntimo frequentador dos locais. E a ele parece que o Brasil está mais solto, mais gostoso, apesar da situação econômica — "Que já faz parte do combinado."

Nicolau — Literatura africana de expressão portuguesa ...

Pires Laranjeira — *Estranho título?*

Nicolau — Curioso.

PL — *A bem da verdade, eu também não concordo com a denominação, por ser genérica. Mas é a expressão que tem sido usada para designar as literaturas dos países africanos de língua portuguesa. Há intenções: agrupamentista e delimitadora. Há negatividade: a partir da classificação, fica-se com o preconceito de que as literaturas, em quantidade, são tão irrisórias que não merecem tratamento apartado. Em consequência, assun-*



tos e autores que mereciam ampla e minuciosa abordagem ficam sujeitos a simplificações, mutilações, incompletudes e desvirtuações.

Nicolau — Os brasileiros conhecem muito pouco da literatura africana.

PL — *Certamente. Por exemplo, Castro Soromenho é um escritor citado de boca e de escrita em Portugal, mas poucos dedicaram duas linhas à medida da sua representatividade. No ensino secundário português estuda-se Alves Redol, Manuel da Fonseca, Manuel Bandeira, Guimarães Rosa, mas quase nunca Luandino Vieira, Corsino Fortes, Honwana, autores africanos.*

Nicolau — Por que esse tratamento?

PL — *Regem-se, esses autores, por outras coordenadas. Reconquistarão a Europa depois de defuntos (eterna sina dos valores que representam países de baixo coturno per capita), porque representam o papel de más consciências do nosso colonialismo. Antes, as colônias eram províncias portuguesas. Agora, faz-se de conta que não existem ou dá-se-lhes pouco troco. A alienação da comunidade de interesses artísticos mantém-se com boa dose de culpabilidade política.*

AUTORES AFRICANOS E POLÍTICA

Nicolau — África é um conceito geográfico ou cultural?

PL — *Foi demonstrado por Janheinz Jahn que a África é um conceito geográfico e não cultural. A cultura negra de África e os territórios negro-africanos deixaram de coincidir há séculos, e a literatura africana recebe a herança de uma dupla tradição: a literatura africana oral e a ocidental. E não foi Jahn o primeiro a falar sobre isso, mas foi ele quem deu o desenvolvimento coerente a esses pontos. Procurou limpar a classificação da literatura africana das excrescências extra-literárias, contaminação a que estivera sujeita durante décadas, ou séculos, por via da intromissão de critérios colonialistas ou colonializantes na apreciação não só das literaturas como dos povos que as produziam.*

Nicolau — Que idiomas prevalecem?

PL — *A língua portuguesa é a oficial, evidente. Em Angola e Moçambique há um grupo de línguas chamadas bantas. São africanas, oriundas dos agrupamentos ali existentes. Pode-se dizer que é pura, não apresenta influência de qualquer outro idioma. Em Guiné-Bissau a língua portuguesa é a oficial, mas fala-se também um pouco de francês. E há, além das bantas, o que é chamado de crioulo, uma mistura das bantas com as que foram levadas da Europa. É resultante da situação de colônia. Em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, além da língua portuguesa, o crioulo também prevalece. Curioso é destacar que São Tomé e Príncipe, juntas essas duas ilhas, formam uma população de 70 mil habitantes, e dispõem apenas de um avião Fokker, de 30 lugares, como transporte aéreo.*

Nicolau — O grande nome conhecido no Brasil, de autor africano, é o de Agostinho Neto, poeta e líder político.

PL — *Médico formado em Lisboa, bom poeta e líder do movimento Popular de Libertação de Angola. Ao começar o estudo das literaturas africanas — angolana, moçambicana, santomense — percebe-se que os autores de alguma forma estão envolvidos com os movimentos políticos.*

Nicolau — Por quê? É o trabalho de conscientização do povo, via literatura?

PL — *Há que se esclarecer uma situação. Em 1958, um levantamento indica que a percentagem de analfabetismo nos países africanos de língua portuguesa chegava a 98%. De*

quem é a culpa? De Portugal. Por quê? Pura situação de país colonizante, que via naqueles o objeto de exploração desenfreada. Não havia preocupação em desenvolver as condições para os colonizados recorrendo à oferta de melhor ensino. O ensino secundário foi introduzido em Angola na primeira década deste século. Em Guiné-Bissau só a partir de 1960. A universidade chegou em Angola e Moçambique no início do movimento de libertação nacional, anos 60. Isso demonstra que apenas uma minoria — que foi a Portugal estudar — dominava a palavra escrita na língua oficial. Essa mesma minoria — negra — ao retornar à África trazia informações, conhecimentos e consciência política para transformar seus países em estados livres do colonialismo. Daí a ligação literaturas africanas e autores ligados às atividades políticas. Mas a literatura elaborada nem sempre tem o marco do movimento libertário. Censura e outras formas de proibição levavam a um trabalho superior de "entrelinhas." Para mascarar a produção dessa literatura foram criadas associações recreativo-culturais. Eram pontos de encontro de reuniões literárias. Mas na verdade começaram a agir como centros de doutrinação política. Essa articulação tem início nos anos 50. Portanto, é uma elite — de formação universitária aos moldes europeus — a ativar a consciência popular.

UNIFICAR OS NEGROS DO MUNDO

Nicolau — Que influências se destacam nessa produção literária?

PL — O neo-realismo, com um componente marxista, a negritude — palavra criada em 1939 por Aimée Césaire, da Martinica —, em vigor no Senegal por ação de Senghor. Houve, ainda, influência de um movimento criado em Paris de estudos africanos, desenvolvido por poetas. O Pan-africanismo, movimento doutrinário e cultural nos Estados Unidos, liderado por Dubois, também repercutiu nos líderes africanos. Havia nessa proposta de Dubois — que realizou seis congressos, de 1910 a 1950 — a intenção de unificar os negros do mundo. Não se pode deixar de citar o movimento cultural Black Renaissance, e seus derivados, dos anos 20, através dos grandes escritores negros norte-americanos Countee Cullen, Langston Hughes, Claude McKay.

Nicolau — Quer dizer, uma grande mistura para formar uma consciência negro-africana.

PL — Em África, o acidentado percurso que vai da primeira utilização da escrita até as independências políticas inclui influências desde o indigenismo haitiano e o negritismo cubano até ao abolicionismo norte-americano e brasileiro e ao afro-mexicanismo, completando-se nesse pan-africanismo e na negritude do século XX. A formação das nacionalidades neo-africanas corresponde à formação das literaturas nacionais. Os desencontros foram frequentes ao longo dos séculos e das geografias. Nunca, como em África, se colocou tão pertinente a questão da nacionalidade da literatura. O ser africano dependia do lingüístico e literário, pelo menos para as elites cultivadas. Daí que à ruptura com a do-



minação militar e política correspondesse a ruptura com os estereótipos europeus.

LITERATURA ANGOLANA É A MAIS IMPORTANTE

A longa marcha do africanismo contra o europeísmo começou no México com José Vasconcelos e Sórora Juana Inés de La Cruz. Os brasileiros do século XIX, como Luís Gama, Castro Alves, Raymundo Corrêa, Cruz e Sousa, são também influenciadores paternos dos africanos de língua portuguesa, sendo, no entanto, os mais próximos, os pré-modernistas, modernistas, neo-realistas e regionalistas-constructivistas Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto. Mas os brasileiros se deixam dominar pelo folclore e resulta num trabalho diluído. Só a partir de 60, com Abdias do Nascimento, o político passa a exercer mais influência na produção literária, que se estimula com Solano Trindade, e hoje com Oswaldo Camargo e Adão Ventura, em Minas Gerais.

Nicolau — Qual a melhor literatura africana?

PL — A literatura mais importante é a angolana. É a mais consistente.

Nicolau — Ao ler alguns poemas de autores africanos sinto uma certa semelhança com o ritmo brasileiro. Há?

PL — Sim, há. Um tom brejeiro peculiar

ao brasileiro, ao que Jorge de Lima traz para o leitor.

Nicolau — Não se percebe uma preocupação existencial.

PL — Verdade. A produção literária africana se preocupa com o dia-a-dia. É uma literatura social, política, combativa, de guerrilha, do cotidiano. Faço uma análise no meu livro, editado em 1985, Literatura Calibanesca, Edições Afrontamento, do Porto. Destaco a criação de José Luandino Vieira, Viriato da Cruz, aponto a inovação e a linguagem poética.

Nicolau — Há algum movimento para o estudo da literatura africana no Brasil?

PL — Há. A diretora do Centro de Estudos Portugueses da USP, professora Maria Aparecida Santilli, enviou ao Ministério da Educação um relatório/parecer favorável à criação de uma disciplina nos currículos de Letras. Ela é a organizadora de uma antologia de narrativas africanas e também do livro de ensaios que leva o título de Africanidade. Pode-se dizer que ela é a introdutora da literatura africana de língua portuguesa, no Brasil.

LITERATURA BRASILEIRA NÃO REPERCUTE

Nicolau — Como está a literatura brasileira em Portugal?

PL — Pode-se dizer que é bem cotada. Acredito que a produção literária é grande, apesar do comentário de Wilson Martins, ao dizer que ela é fraca. Mas a literatura brasileira não está nas livrarias ocupando espaço que se compare às literaturas norte-americana e francesa. Portanto, apesar de cotada — por ser respeitada — a literatura brasileira não repercute em Portugal como se poderia supor.

Nicolau — E nas universidades?

PL — As Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra mantêm a disciplina Literatura Brasileira no currículo dos cursos de Letras desde 1930. Atualmente, a de Aveiro passou a incluir a matéria. Defendo a inclusão de mais textos de autores brasileiros nas antologias utilizadas no ensino secundário em Portugal. E não só os brasileiros como também os africanos e os galegos.

Nicolau — Quais os autores mais conhecidos?

PL — Cecília Meireles, também pelo fato de ter vivido em Portugal. Depois vêm Jorge Amado, Manuel Bandeira, Drummond, Erico Veríssimo, José Lins do Rego.

Nicolau — E quais os autores mais apreciados por Pires Laranjeira?

PL — Meu caso é diferente. Por estar casado com uma brasileira, tenho outro tipo de informação. Foi Cristina quem me apresentou Dalton Trevisan. Ele me delicia pelo trabalho que faz com as palavras. Seus livros Cemitério de elefantes e Morte na Praça são muito bons. Mas aprecio também Roberto Drummond, Sinalva Medina, Fernando Sabino, e gosto muito do que Fernando Gabeira escreve. Seu texto irreverente é excelente.

Mariú Silveira é jornalista, semiótica, professora do Curso Superior de Artes Cênicas da PUC-PR.

Rainha

Jamil Snege

Se eu fosse mulher, eu seria a turca dos peitos caídos.

Varizes, uma operação de amígdalas, um anel de rubi perdido entre velhas lixas de unha.

Teria tido um amor açougueiro, um amor bancário, um amor burocrata; e um tumor benigno bem junto à omoplata.

Minhas vísceras não me dariam tanto incômodo quanto uma pequena inflamação nas axilas.

Leria romances, apesar da conjuntivite crônica; e descobriria meu nome numa pequena rua torta de Siracusa.

A noite, na sala mal iluminada, veria fantasmas e nubes, falaria a deuses tutelares — um unicórnio viria lambar o chá de menta derramado no mármore da pia.

Sufocos e visões — mal disfarçada azia ou gastrite crônica — onde o toco de vela, que a luz se apagou?

Passos. Ouviria passos constantes — alguém passando, alguém partindo, nunca ninguém chegando.

Brasas no leito. Pedra de gelo no peito. O coração, um duende com uma perna decepada por um gato.

Turca-dos-peitos-caídos: vinte anos depois, o cheiro de carne moída das mãos do açougueiro persiste apesar dos banhos de phebo.

Se eu for à praia nesse sábado talvez encontre o bancário afogado de filhos; estranhamente, todos eles têm as minhas narinas.

Turca-dos-fins-de-semana: lesma no prato, moela de galinha, pedaço de algodão para disfarçar uma retração das gengivas.

Bancário safado. Domingo é uma ilha de sobrinhos, um útero murcho, um sonho banido.

■ Jamil Snege é autor de *Tempo sujo* (1967), *A mulher aranha* (1972) e *Ficção Onírica* (1978).

AS ÁFRICAS QUE EU VI



Foto: Luciana Pirelli

Télia Negrão

Branco no preto. *Apartheid*. Preto no branco. No horizonte ainda cinza do continente africano, o elefante branco da minoria. Garra & beleza pura na *selva selvaggia* de misérias e áfricas. Mulheres esterilizadas à revelia. E ritmos, ricos ritmos. Partos de anjos. Batalhas várias, a resistência de um povo guerreiro revelado aqui por uma brasileira, que em 85 fez uma viagem político-cultural ao continente que mantém, na adversidade, uma forte unidade cultural. Axé!

De um lado, negros; de outro, brancos. Não importa a ordem. Os negros, maioria, os outros, poucos.

A maioria carrega malas, limpa assoalhos, abre/fecha portas, *yes, mister, yes, lady*. Os olhares, no entanto, sérios e profundos.

A minoria, fardada ou não, ocupa as sofisticadas mesas, entra e sai de imponentes edifícios das avenidas paulistas, jardins suspensos tipo babilônia. Não se aproxime muito da maioria. Não fale com ela. O risco é no mínimo de empurrões da minoria.

África do Sul, 1985. O caminho indesejado de ida e de volta ao Kênia, rumo à Conferência da ONU para os Direitos da Mulher.

A companhia era surpreendentemente boa. Rosamaria, a Chiamulera. Divertida, ousada, companheira, e que gosta de compras. O que odeio.

No país do absurdo, as horas duram séculos da história da opressão daquele povo. Quando conseguimos derrotar o regime militar aqui (que parece não tão derrotado ultimamente) olhávamos para trás e, embasbacados, dizíamos: por que não conseguimos isto antes?

No país do absurdo, a hegemonia da minoria é capaz de frustrar alguns sonhos, mas não consegue dilacerar a

unidade na diversidade cultural da África, mesmo ultrafronteiras (Namíbia, por exemplo); consegue, sim, nos botar com caras de idiotas a nos perguntar, de novo, "por que não se conseguiu a liberdade até agora?"

Tudo isto pensei no hotel, cujo nome nunca me lembro, só sei que escolhi pelo amigo sul-africano da Rosa, com quem, desde o primeiro instante, declarei guerra. Era um branco na África do Sul. Não só branco na cor, mas na alma, um adepto do *apartheid*, que no dia seguinte à nossa chegada desafiou um amigo: "Diga pra elas há quanto tempo a gente não mata um negro, isto é tudo propaganda".

Com alívio embarcamos rumo a Nairobi para chegar à uma hora da madrugada num lugar cujo epicentro é revestido de vidro fumê, mármore e largas avenidas, circundado pela fome, miséria, violência, pela merda que corre pelas ruas, dos mercados a céu aberto onde se corta o cabelo e faz-se a barba, cose-se roupas, prepara-se alimentos, conserta-se coisas, realiza-se o contrabando e o assalto, elabora-se cultos religiosos afro/judaico/muçulmano/cristão ao mesmo tempo. Com tambores, atabaques, guitarras e o som de *jazz*, *Ksuali*, *mali*.

Ali, num daqueles mercados em

que o povo se esbarra e se esfrega, num lugar chamado de rodoviária, eu, Sarah, uma jornalista, e Emilse, filha do Escobar, fundador do PC da Bolívia, descobrimos que no Kênia ônibus não tem horário, ele "lota". E lotado viaja. Enquanto se espera, compra-se, dentro do veículo, relógios, pulseiras, pilhas, jóias, canetas, discos, etc., *made in Taiwan*, a preços que variam de poucos a muitos *shillings*. Depende do vendedor... e do freguês.

O Kênia, colônia inglesa até 64, foi libertado por Keniata, assim autotitulado comandante da luta de libertação.

Hoje, Arap Moi reina. Bengala de marfim, percorre o mundo com sete Rolls Royce. Sete mulheres. Uma para cada dia.

No Kênia não há eleições. Por isto, a única propaganda na rua, nos bares, casas, escolas, farmácias, restaurantes, igrejas e teatros, é do Arap Moi. Nomeia-se ministros como se escolhe batatas.

Assim, soube, com os pés engatados nas centenas de metros de tecidos tintados à mão pelos estudantes da Universidade de Nairobi, que entre seus teares primitivos onde pesquisam suas origens, um forte sentimento guerreiro está presente. Não foram em vão as batalhas das suas lideranças, cerca de duas dezenas de jovens, enforcados em praça pública, enfileirados, dias antes da nossa chegada.

Assim, soube também, com as religiosas que nos convidaram (a mim, a Benedita da Silva, Fanny Tabak, Helelieth Safiotti e outras companheiras) para um peixe keniano, que as mulheres daquela terra vêm das aldeias a Nairobi para parir nos hospitais. Um privilégio concedido "generosamente" pelo governo, que as esteriliza sem que saibam, sonhem ou desejem. No Kênia, as mulheres são

valorizadas pela sua prole.

Mas é assim. Na África, pelo menos, é assim. Ainda.

Convivem naquele continente a África do Sul fascista, uma Namíbia em luta de libertação, uma Angola libertada e morta de fome, casada com um Moçambique em guerra contra o atraso, com uma África Oeste que ergue sua Frente Polisário, ou uma Tanzânia que mata seus elefantes, uma Nigéria com seus milhões de leprosos ou uma Etiópia onde criança já nasce anjo.

Na África existe um Kênia onde se fala inglês com sotaque *ksuali*, toma-se chá, come-se *fish and chips* pelas ruas, toma-se café sentado e esconde-se mendigos a cada evento internacional. Assim vive a África.

Mas se você perguntar a uma mulher do Kênia, Moçambique ou Angola, ou outro país africano qualquer, se querem uma receita para sua emancipação, a resposta é certa: não. "Queremos construir nosso futuro com nossas forças, à nossa maneira."

Tentei voltar por Angola. Não deu. A Rosa já tinha me abandonado. Estava em Londres. Quase um mês já se fora... E de novo pude confirmar, no país do absurdo, mas também de Winnie Mandella, que a África é uma África. Culturalmente diversa, mas culturalmente unida.

Não posso nunca esquecer o olhar profundo, às vezes triste e às vezes impetuoso, guerreiro, de Joe, o motorista do carro que nos transportou. Ele dizia: "Um dia, com nossa luta, esta opressão acaba".

Vai em frente Joe. A África, não só a do Sul, é sua.

Télia Negrão, jornalista, presidente da União de Mulheres de Curitiba e conselheira-titular do Conselho Municipal da Condição Feminina.

SEMEADURA DO SEMEADOR

Um símbolo para a nossa gente

Ivens Fontoura

"O homem converte-se em símbolo para si mesmo quando tem consciência de seu ser." A partir dessa idéia, o designer Ivens Fontoura vem propondo há mais de duas décadas, em várias oportunidades e por várias formas, um novo símbolo, mais apto, segundo cre, à representação da experiência paranaense do que o ceifador hoje vigente. O semeador, mais particularmente O Semeador, como o plasmou Zaco Paraná, semeia um futuro. O ceifador apenas colhe um passado. A idéia germinará? Vale analisar os bons argumentos de Fontoura em favor da apropriação da obra-prima de Jan Zak, menino polonês criado na Restinga Seca, à margem da ferrovia e perto da terra, que viria a ser um dos grandes mestres da escultura do Paraná.

Erbo Stenzel, escultor paranaense que junto a Zaco Paraná e João Turin formava o triângulo da melhor escultura das araucárias na primeira metade do século, disse-me em certa ocasião: *Você não imagina como Zaco fez "O Semeador": trabalhando no próprio quarto, na cidade do Rio de Janeiro, num pequeno espaço que não permitia sequer afastar-se a uma distância necessária para alcançar determinados pontos de vista e ter uma visão do conjunto da obra, propiciando-lhe controlar as proporções e sua harmonia. Sem contar a falta de água, elemento imprescindível para manter o barro úmido e em condições de trabalho.*

Zaco recolhia água de chuva e a armazenava em latas e baldes para conseguir trabalhar, regar a semente que configurou "O semeador", escultura que hoje se erige sobre bloco de granito, com cerca de 3m de altura, na Praça Eufrásio Correia, entre a antiga Estação Ferroviária (hoje Museu Ferroviário) e a Câmara Municipal de Curitiba (antiga Assembléia Legislativa do Paraná). Entre árvores volumosas e outros bronzes de qualidade — quase todos importados — está um trabalhador com os olhos no futuro, dirigidos para o nascente, a lançar suas sementes na terra. Neste chão que tanta gente escolheu para plantar e firmar seu labor, como a família Zak.

Jan Zak, em homenagem ao lugar em que seus pais poloneses o educaram, e onde deu os primeiros passos, mudou o nome da família para "Zaco Paraná". Menino, ele esculpia, a canivete, pedaços de madeira. Isso tornava Restinga Seca um lugar especial — às margens da estrada de ferro para Santa Catarina, entre Palmeira e Porto Amazonas.

Logo alguém o estimulou a vir para Curitiba. Depois, Rio de Janeiro (onde estudou na ENBA — Escola Nacional de Belas Artes), Estados Unidos e Europa. Na Bélgica, Zaco ficou por algum tempo, aprofundando os estudos na Academia Real de Belas Artes. Ao voltar tornou-se professor catedrático da disciplina de escultura na ENBA. Sob encomenda da comunidade polonesa, produz uma de suas melhores obras, oferecida ao povo brasileiro em homenagem ao primeiro centenário da Independência: "O semeador".

Essa obra escultórica mostra um lavrador com dorso nu e pés descalços, embornal de tecido à bandoleira para as sementes, gesto intenso e movimento rítmico para atirá-las ao chão. Sua anatomia forte e bem proporcionada atua lado a lado ao movimento harmonioso de todo o conjunto, cujo ritmo é o de caminhar erguido para a frente e em pleno equilíbrio instável que de-



monstra movimento crescente, culminando com uma postura de conquista sem ser arrogante, com humildade sem demonstrar fraqueza. (Vide "A redescoberta de 'O Semeador' — uma proposta para o novo símbolo do Paraná, publicado no "Almanaque" de O Estado do Paraná em 8 de março deste ano).

O gesto desse homem simples, resignado ao trabalho na terra em busca de alimento, paz e sobrevivência, extrapola sua própria função: espalhar sementes para que germinem. A intenção é maior: o ato puro de semear, estimular, fomentar, propagar.

Fala-se em semear cultura, tecnologia, com o objetivo de conquistar melhores dias, em busca de harmonia com as características do novo Paraná. O desafio será o de encarar com firmeza o crescimento urbano, com consciência da necessidade de garantir abastecimento alimentar e industrial. É preciso criatividade e organização para atender à demanda de saúde e educação dos paranaenses, bem como dos insumos e infraestrutura adequados para que todo o complexo funcione. Antes de mais nada é preciso fazer com que o Estado não pare; ao contrário, que melhore a qualidade de vida, aumente a produção, sem os problemas causados pela falta de planejamento.

Crescer é preciso, diria o poeta popular — mas crescer sem perder de vista o homem como centro do universo.

Tendo o homem como centro, a iconografia de seu conjunto deve ser sua própria imagem, pois, enquanto essa imagem é a representação humana mesma, multiplica sua carga signíca. "O homem converte-se em símbolo para si mesmo quando tem consciência de seu ser" (CIRLOT, 1969). Para Heidegger, o símbolo da existência universal é "o mensageiro do ser", porque além da relação de função há a de analogia, pela qual o homem é a imagem do universo. Assim, um grupo social deve ser representado pelo próprio homem, denotando o principal aspecto de sua cultura, já que características bem próprias diferenciam grupos sociais.

Enquanto o seringueiro representa o homem da Amazônia e o laçador o do pampa gaúcho, o semeador representa o homem do Paraná. Essas 'configurações' transmitem com força signíca a principal atividade e o caráter de um povo. O seringueiro do norte simboliza o árduo trabalho na floresta amazônica; o laçador do sul traz a força do gaúcho do pampa; o jagadeiro enfrenta os perigos do mar; o vaqueiro conquista a árida caatinga; nas Gerais, a perseverança do garimpeiro; os braços fortes e olhar atento do remador do Pantanal; símbolo do avanço para o oeste, a lendária imagem do bandeirante; e a baiana, com todo mito e magia, figura que simboliza um povo com ginga e mandinga: ícones vivos, todos.

Creio que "O semeador" comunica, clara e amplamente, o espírito do povo que vive no Paraná. É síntese de sua vontade e força para vencer. Minha idéia e intenção ao propor a apropriação dessa imagem escultórica como símbolo do homem paranaense germinaram plenamente. Primeiro a idéia, o debate quando estudante na Escola de Belas Artes, início dos anos 60. Depois, a criação e execução de troféu em lâminas de acrílico com várias imagens de "O semeador", para o I Festival Brasileiro do Filme Super 8, em 1974. E então o movimento pró-semeador, chamado "Praça da arte", tendo à frente o artista plástico Sérgio Moura.

Agora, finalmente, inicia-se a apropriação de fato e a proposta legal. Adere-se à idéia de substituir o "lavrador armado de alfange" pelo "semeador" de Zaco Paraná nas Armas Estaduais (conforme proposta da Comissão designada pela resolução, 57, de 29/9/1981, do Secretário da Cultura e do Esporte). Percy Tamplin, com o documentário *O semeador*, foi o Destaque do ano — Prêmio Colunista 1986. "O semeador" é elemento principal no projeto de Poty Lazzarotto para mural no Palácio Iguaçu. E a TV Paranaense, Canal 12, tem veiculado vinheta anunciando os semeadores.

Mais de oito milhões de pessoas são semeadores: o povo paranaense. Basta agora que todos se identifiquem com a beleza harmônica da obra de Zaco Paraná, e vivam seu símbolo.

Ivens Fontoura, curilbano, 47 anos, mestre em Desenho Industrial — Ergonomia — pela Universidade Nacional Autónoma de México (onde permaneceu de 82 a 85), mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, define-se como "desenhador". É professor dos cursos de Comunicação Visual e Desenho Industrial na UFPR, de Pintura na Escola de Belas Artes, representante do Paraná junto ao Sistema Nacional de Museus (S-PHANIMINC) e coordenador de museus da Secretaria de Estado da Cultura.

HISTÓRIA DO EXÍLIO: EXÍLIO DA HISTÓRIA?

Dimas Floriani

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. La aventura de Miguel Littín clandestino en Chile, Buenos Aires, Sudamericana, 1986. 152 p.

A história do exílio dos latino-americanos está ainda por ser escrita. Possuímos relatos esparsos, documentários, romances, mas não se fez ainda um relato completo deste movimento migratório involuntário. A restrição da liberdade política, seguiu-se a restrição econômica, como epifenômeno do modelo da política econômica neoliberal, sobretudo na Argentina, Uruguai e Chile, forçando as pessoas a buscar sua sobrevivência além-fronteiras.

A maior corrente migratória dos exilados dirigiu-se para a Europa e a América Latina, mas pode-se encontrar asilados nos diversos continentes.

Quicá não seja possível reconstruir uma tal história. O obstáculo maior deste esforço talvez equivoquesse ao exercício de refazer a unidade de milhares de fragmentos pessoais, famílias despedidas, consciências despedaçadas, desesperanças e perda de identidade nacional.

Lénin, em uma carta desde Zurique, antes da Revolução de 17, referia-se às condições difíceis pelas quais passavam seus compatriotas; dizia ele que as pessoas eram acometidas de manias, obsessões e delírios.

E, no entanto, o exílio é uma constante na (da) história. O século XX é fértil em exemplos. América Latina — o Cone Sul em particular —, atinge o ponto culminante do êxodo nas duas últimas décadas: Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai. O Paraguai detém o triste privilégio de vanguardar o processo.

Miguel Littín, cineasta chileno, exilado de seu país desde o golpe militar de 17 de setembro de 1973, conversa durante uma semana com Gabriel García Márquez, e grava 18 horas de relatos sobre sua aventura clandestina no Chile em 1985, que o escritor colombiano, em magistral empatia, recria literariamente. Littín retorna a seu país de forma irregular para realizar 2 desafios:

O primeiro deles, para demonstrar a Pinochet que este não é invencível e plenipotenciário como efetivamente se apresenta; o segundo, para realizar uma tarefa política e recriar a história não apenas do pós-golpe mas, sobretudo, ressoldá-la, para retransmitir às novas gerações o sentido profundo da organização política do povo chileno, desde os albores do século XX.

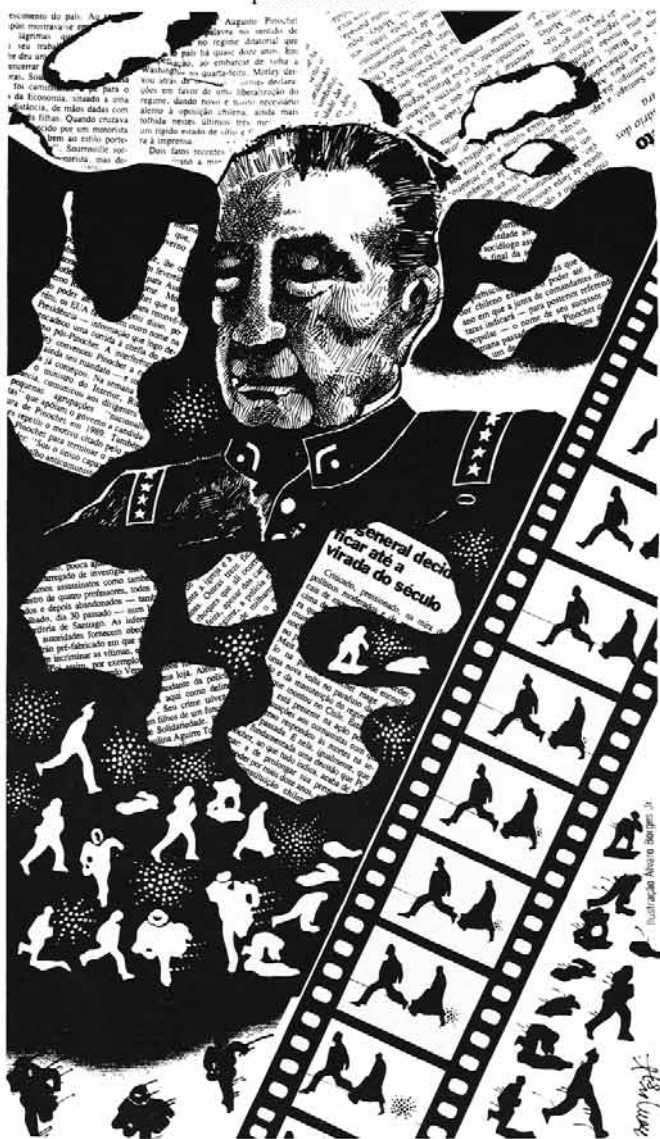
Quem teve oportunidade de assistir ACTAS GENERALES DE CHILE, um filme documentário de 4 horas produzido para a TV espanhola e apresentado no Festival Internacional de Cinema deste ano (1987), em Berlim, deu-se conta de que Littín se inscreve ainda na mais pura tradição do intelectual da Unidade Popular (Isabel Allende através da Casa dos Espíritos, sem

"Este não é o ato mais heróico de minha vida, mas o mais digno."

A real-fantástica aventura de Miguel Littín, cineasta chileno: depois de 12 anos de exílio, entra clandestino em seu próprio país e registra em 7 mil metros de filme — sob as barbas do poder militar — a ditadura Pinochet.

García Márquez, o Nobel colombiano, transformou essa experiência de Littín — a partir de uma entrevista que resultou em 18 horas de gravação — num livro-reportagem (editado pela Sudamericana de Buenos Aires em 1986), que é comentado aqui pelo sociólogo Dimas Floriani, da Casa Latino-americana de Curitiba.

No Chile, o livro foi queimado em praça pública. No Brasil, permanece inédito.



o querer talvez, reforça a mesma tendência).

O que significa isto? A conotação é ampla: inicialmente Littín retoma a tradicional versão histórica dos partidos comunista e socialista da UP, desde o nascimento do sindicalismo de vertente clássico-marxista (mineiros do carvão, salitre e cobre).

Em seguida, traça a trajetória da história chilena a partir da 2.ª Guerra Mundial, cujo eixo principal é estabelecido através de um personagem central: Salvador Allende (candidato a presidente por 4 vezes), que teria mesmo pedido, caso não eleito, que fosse colocado o seguinte epitáfio em sua sepultura: AQUI JAZZ SALVADOR ALLENDE, FUTURO PRESIDENTE DO CHILE.

O filme-documentário reserva bastante tempo para a entrevista dos auxiliares diretos do presidente que sobreviveram ao massacre do Palácio de La Moneda, enaltecendo o martírio e as profundas convicções democráticas de Allende. O cineasta é convincente ao mostrar que a memória de Allende sobrevive na memória popular, reatualizada agora no Combate dos Pobladores, desde suas poblaciones (favelas), contra o regime opressor de Pinochet.

Os dois relatos (filme e romance) se confundem sinfonicamente.

Em alguma parte do livro Littín pergunta a si mesmo se a sua aventura de reingressar clandestino, para filmar a realidade chilena, não se resumiria a uma simples colheita de nostalgias, dado que a geração que desafia agora Pinochet não passava de crianças de escola primária nos tempos de Allende, e teriam, portanto, uma cabeça diferente da sua geração.

Efetivamente, o Chile redemocratizado não será mais o de antes: a modernização conservadora atingirá o campo, transformando os camponeses em boias-frias do setor exportador (fruticultura); a reforma agrária iniciada nos tempos do democrata-cristão Eduardo Frei e aprofundada pela Unidade Popular, cederá lugar à contrarreforma.

A desnacionalização da economia (bancos e indústrias) desempregou 30% da população trabalhadora nos últimos anos da ditadura.

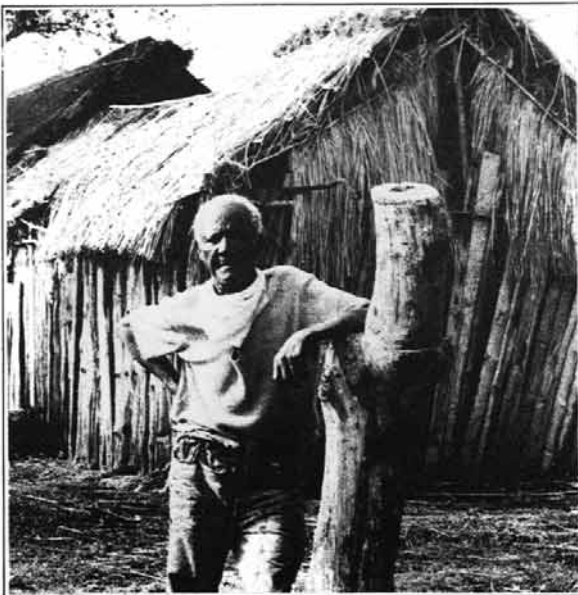
Entim, esse depoimento literário mostra que a história não acaba com os mortos. A experiência de Littín se inscreve na tradição de resistência do povo chileno e sua aventura propicia reconforto suficiente para assegurar-nos que o povo chileno conseguirá superar esse imenso hiato de sua história.

Dimas Floriani é sociólogo, pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IAPDES, e coordenador da área sócio-econômica da Casa Latino-americana de Curitiba.

OS NEGROS DOS CAMPOS GERAIS SEM ZUMBI NEM LEI AUREA

Reportagem ADÉLIA MARIA LOPES

Cercadas por colonizações alemã, russa, holandesa e eslava, pequenas comunidades de descendentes africanos teimam em sobreviver nos Campos Gerais do Paraná, onde até mesmo se abrigou uma experiência italiana anarquista. O contraste social e cultural ali é enorme: enquanto os emigrantes europeus conservam suas tradições e tiram seu sustento de generosas fazendas, os bisnetos de escravos vivem em ranchos e a memória dos antepassados parece perdida para sempre. As vésperas de se comemorar o centenário da Lei Aurea, o que se percebe pelo menos em duas comunidades, a da Serra do Apan, nas proximidades da cidade de Castro, e na do Sutil, entre Palmeira e Ponta Grossa, é a necessidade da presença de um Zumbi, líder do quilombo de Palmares, cuja morte, a 20 de novembro, é lembrada como o Dia Nacional da Consciência Negra. Sem liderança, os negros dos Campos Gerais perdem suas terras sem oferecer resistência. Vivem à beira da miséria. Carecem até mesmo de cidadania. Conheci um lavrador na Serra do Apan que para sobreviver escravizou-se à enxada, de sol a sol. Este lavrador tem 91 anos e não pôde abandonar a capina até hoje. E quando lhe perguntei sobre a época da escravidão, mostrou-me um sorriso sem dentes ao responder: "Eu escapei daqueles tempos, graças a Deus". Achei a frase irônica. Afinal, o cativo assume várias formas.



Acróbio: 91 anos, ex-tropeiro, sempre na enxada.

As cercas de 60 famílias que moram na Serra do Apan (ou Apon) descendem de escravos ativos que optaram pelo refúgio nas matas a submeterem-se à superioridade branca. Foi ali outrora um quilombo? O advogado Oney Borba, estudioso da história de Castro, supõe que sim: "Deduzimos que sua origem seja esta porque o local é bem afastado e a terra é erodida".

Entre morros íngremes, na Serra do Apan, após um distrito chamado Socavão, despontam os ranchos. Esta é a primeira visão: casas de pau forradas de capim, fincadas em terras cansadas. As janelas dos ranchos absorvem apenas réstias de luz que iluminam a pobreza: chão de terra batida, tocos (escurecidos pela fumaça do fogão de barro à lenha) servindo de assento, poucas panelas de ferro na cozinha, forquilha originando camas e trapos como vestimentas.

O grupo é disperso; dissolveu-se: os mais velhos estão mortos e as novas gerações são aliciadas pelo conforto das cidades. Os que persistem lutam pela sobrevivência em franzinhas terras. Alguns, entretanto, guardam o semblante altivo dos antepassados. Mas a cobra dos poderosos por mais terras acabou envergando a resistência no transcorrer dos anos.

Maria Helena Maciel traz na fisionomia a descendência altaneira. Tem 54 anos e 8 filhos. Estava há dez dias sem ver o marido, que agora é peão de fazendas da redondeza, ao relatar:

— Morávamos mais adiante aqui na serra, numa terra melhor e maior. Mas meu marido foi perseguido lá porque um só — um holandês — queria ser dono de tudo. E então viemos para cá, todos nós vivemos da força dos braços e meio apertados porque a coisa está feroz.

A tia de Maria Helena mora num rancho próximo. É a dona Maria Luíza Maciel, de 84 anos. Sofre de bôcio, como a maioria dos anciãos dali. Está reumática, lamenta que a filha de 44 anos, com quem mora, não aguenta mais carpir. A água é buscada pelas crianças e pelo homem da casa a um quilômetro de distância. A pé.

Aquele ranchinho de beira de estrada não era a casa onde nasceu. O pai, Rodolfo Antonio Maciel, tinha muito mais terra. Ela não sabe mais do destino da herança.

OS ÁUREOS TEMPOS NEGROS

— Papai dizia que veio da África, disso me lembro. Ele contava coisa alegre e coisa triste.

Recorda ainda que o pai ensinava aos filhos para "não bulir com os arvores e não assobiar que é má educa-

ção". A inesperada visita a deixa alvo-rôada; conta com sofreguidão, como se temesse não ser ouvida, das dificuldades da família, das vertigens sofridas na lavoura e da esperança de um dia voltar a beber água fresca.

Uma prosa regada a chimarrão, que ajuda a aliviar a garganta seca pela pocira, tem-se agora com o mais antigo morador da região. Um personagem que persiste no Faxinal de São Sebastião, também na serra, de onde outras famílias, como os Maciel, já foram es-corraçadas. Acróbio Rodrigues Prudente, 91 anos, seis filhos e "quatro netos ou mais". Mora num rancho pobre mas nem tão mísero se comparado aos demais. Com ele residem um filho deficiente mental e a esposa Maria Zili-na, de 80 anos, ausente da conversa porque estava no mato, apesar da idade, colhendo erva-mate.

"Chegam lá com cuidado porque o velho foi muito acuado pela polícia", havia recomendado dona Maria Helena Maciel. Acróbio sai do rancho meio desconfiado, mas à vista de um conhecido, o tratador Adão, filho de dona Maria Helena, ele mantém a pose altiva e estende as mãos para um amistoso cumprimento. Descansa um pouco no tronco de tronco à casa antes do convite para entrar. A imagem do tronco traz o acoite à lembrança, logo ofuscada por suas palavras:

— "Aqui tudo era do meu avô."

O avô fugiu do acoite e da decantada benevolência das sinhozinhas. Foi um dos escravos que embrenhou-se nos pinheirais (escassos hoje), ou pela fuga ou por uma alforria qualquer.

— Quando meus avós vieram da África sofreram muito pela troca de jeito."

É uma das poucas lembranças que ousa declarar. Depois, já mais à vontade com os estranhos, arrisca um comentário enquanto traga um cigarro mentolado providenciado pela visita: "O tio Anastácio conseguiu uma senhora (esposa) pagando 80 mil réis". Da-queles tempos do tio Anastácio outra história: "O povo levava tropinha de crianças negras para vender no Rio Grande do Sul e voltava com uma tropa de animais em troca".

Mesmo alquebrado, cabelos branquinhos e fiapos de barba no queixo, as roupas andrajosas não conseguem esconder o brilho da raça que aventurou-se uma época em busca da liberdade. "Minhas terras vieram de herança."

OS NEGROS TEMPOS ÁUREOS

A herança conquistada em um passado heroico, entretanto, minguou: "Moro num bom tanto, nunca medi a terra", diz ele. Mas os vizinhos contam que ele tinha muito mais; as terras, porém, foram tomadas. "Pegaram um terreno meu, cercaram e não me disseram nada", admite, informando que "não posso demandar porque meus documentos desapareceram do cartório de Castro."

Com o vigor de quem um dia foi tropeiro, levando 150 bois para Curitiba "no casco de burro e cozinhando feijão no caminho para meu pai", Acróbio adianta que vai para São Paulo



Dona Maria Luiza (em pé) com a filha: "Não bulir com os arvoredos".

onde lhe disseram estar seus documentos. Ninguém ousa tirar a esperança daquele senhor de 91 anos que convalesce de uma cirurgia na bexiga, que não enxerga direito e que disfarça o bôcio com um lenço no pescoço.

Era um sábado, dia bom para conversar com ele. Porque aos sábados há mais tempo para prostrar, já que trabalha somente até o meio-dia na sua lavourinha de milho crioulo. Nos dias úteis, seus 91 anos envergam-se na enxada de sol a sol. Com a mulher, cria galinha e porco: o sustento da casa.

O rancho, por dentro, é igual aos da região, apenas é mais espaçoso. As únicas peças dos quartos são as enxergas. A sala tem "uns toco meio feio", diz ele, para se sentar. E as paredes lembram balcão de fazendas: os utensílios da lide diária da lavoura ali estão.

A última reforma do rancho aconteceu há 12 anos, quando houve necessidade de trocar a cobertura de capim ou capim de porca:

"— A gente fala capim de porca porque ela gosta de fazer o ninho nas capoeiras. E a gente também faz o nosso ninho com esse capim, que é o melhor que tem."

A única decoração do rancho está do lado de fora: um cartaz com o colorido retrato de Alvaro Dias, quando

candidato a governador. Acróbio colocou o cartaz num saco plástico para protegê-lo da chuva ou da poeira. Indiferente às coisas da política, enfileirou ao lado os "santinhos" de candidatos a deputado pelo PDT.

LONGE DA ÁFRICA, ÁFRICAS

Na cidade de Palmeira, a pouco mais de cem quilômetros dali, Raul Braz, professor de Estudos Sociais no Colégio D. Alberto Gonçalves e outro estudioso dos Campos Gerais, ensina que a alta estatura dos negros da região, como a do senhor Acróbio, revela a origem sudanesa, pois os bantos são mais baixos. A 20 quilômetros da cidade e em frente à colônia dos alemães do Volga, fica a localidade de nome Sutil.

O professor calcula que no Sutil moram 150 famílias de descendentes africanos, que no século passado ocuparam mil alqueires de terras. Todos eles perdidos para fazendeiros. Os negros estão reduzidos em menos de 5 alqueires cada um e assim mesmo sem garantias de posse.

Os ranchos diferenciaram-se dos da Serra do Apan apenas na cobertura: ao invés do capim ou folhas de coqueiro, aqui as casas de madeira exibem

telhados às vezes de eternite. Alguns tem fogão à lenha, mas não são de barro. Em comum, a perda sistemática de suas terras e a raiz africana revelada nos traços físicos sem miscigenação.

Assim como para se chegar à Serra do Apan atravessa-se cinematográficos trigais e depara-se com casas de estilo europeu, até encontrar-se o Sutil o cenário é nitidamente próspero. O panorama fica pobre só então.

O Sutil deve ter abrigado escravos fugitivos de outras paragens, que ali encontraram refúgio através dos que obtiveram alforria de seus senhores. Conta o professor Raul Braz que o comendador Roseira (republicano homenageado com um bairro que leva seu nome em Curitiba) doou as terras (a maior parte devolutas) para seus escravos emancipados porque o sistema escravocrata era incoerente com os ideais republicanos.

A visita política, em meados do século XVIII, de D. Pedro II em terras do comendador arrefeceu por uns tempos seu ânimo contra o império. Não impediu, contudo, que ele e outros fazendeiros de origem paulista liberassem seus escravos — um contingente afinal não muito significativo nos Campos Gerais, região propícia para a criação de gado, atividade econômica que dispensa numerosa mão-de-obra.

A Fazenda Sutil, do comendador Roseira, foi doada aos negros, como também a Santa Cândida e a Santa Rita. Nas terras amplas abrigaram-se escravos emancipados e os rebeldes à servidão. No entanto, "foi ficando apertado, todo mundo preferiu ir para a cidade", diz Pedro Ferreira, 77 anos, aposentado como trabalhador rural.

"— As terras eram herança do meu bisavô, mas meus pais perderam os papéis. Aqui era bem maior, tinhamos plantação, bastante gado, porque o espaço era bom. Agora requeremos três alqueires, ficou nisso. Quando os velhos morreram passaram a mão em tudo, foram pegando as terras de pouquinho."

Pedro guarda o rústico cachimbo no bolso para responder às perguntas. Confirma que é o morador de mais idade do local e observa que sua casa é o rancho menor, pois deixou o maior para a filha Vani Ferreira Batista, uma viúva de 44 anos e sete filhos. A conversa é rápida. Pois, diz o interlocutor, "estou esquecido de tudo, não trabalho mais e nem terra para plantar ficou."

Com dez anos a menos que Pedro Ferreira, outro antigo morador, Sebastião Gonçalves, contrasta sua altura de 1,76m (segundo a carteira de reservista) e a cabeça sempre erguida com o andar moroso, arrastado. Ele dá a impressão de ter exercido, quando a saúde para tanto ajudava, certa liderança no Sutil. É que entre seus documentos está a requisição de usucapião de diversos vizinhos. A comunidade entrou com o pedido junto ao INCRA há 5 anos. No entanto, seus moradores até agora não obtiveram nem mesmo a resposta da medição de suas propriedades.

Sebastião mora com a esposa, Nair Gonçalves, de 64 anos, numa casa de duas peças e num punhadinho incerto de terra "sem que eu nunca vendesse um palmo de chão da herança do meu

pai." Segundo um documento de partilha, os avós de Sebastião entregaram a um dos filhos 20 alqueires de uma gleba ganha em 1876. "Quando meu sogro ainda era vivo começaram a possear as terras", recorda-se Nair, que diligentemente guarda os amarelados papéis e espera a visita dos técnicos do INCRA com o resultado da medição do sítio.

"— Hoje sofro de falta de ar, nem posso mais trabalhar. Mas durante toda minha vida juntei batatinha para o japonês", diz dona Nair, lamentando o desgaste da saúde que a impede até de cuidar da pequena horta. Ela e o marido (os 5 filhos caíram no mundo) vivem da aposentadoria do FUNRURAL, de 950 cruzados e alguns centavos mensais.

SUTIL: LUTO POR SEU ZUMBI

Outros Sebastões e Pedros têm histórias semelhantes: terra apertada, filhos na cidade, pouca memória do passado. A história poderia ser outra, se no início do século um foco de resistência não fosse debelado a ferro e fogo.

Relata o professor Raul Braz que os negros foram perdendo suas terras por força de pistoleiros contratados por fazendeiros e com ajuda de policiais e rábulas serviais do poder. Dona Maria, de 80 anos e boa memória, mãe do professor, recorda-se que, por volta de 1920, quando os negros estavam em luta pela legalização de suas terras, houve uma batalha cujo desfecho foi fundamental para a perda da guerra:

"— O Negro Arquimedes, o Zumbi do Sutil, foi morto às 8 horas da manhã numa emboscada preparada pelos fazendeiros. Ele era alto e de muita personalidade. Estava até armando a comunidade para defender suas terras. Mas Arquimedes foi esfaqueado na emboscada, e o foco de resistência, eliminado."

ESSE BANZO EU SEI DE COR

Reações como estas também aconteceram na Serra do Apan. Fala-se lá em perseguição policial, mortandades, mas sem precisar data e protagonistas. Sem a força como grupo, talvez seja preferível reter as lembranças — sejam elas heróicas, sofridas ou de bons momentos. Ou quem sabe acreditem que o silêncio possa impedir a trajetória da extinção? Afinal, as livres comunidades negras estão sempre sob o açoitado da civilização. Uma chibata que pode tomar várias formas, até mesmo na destruição ambiental.

Dona Maria Luiza, por exemplo, que aprendeu desde criança a "não bulir com os arvoredos" tem assistido à dizimação das florestas. Olegário, um agregado de fazenda de 80 anos, ao ver o corte de 5 mil araucárias — por uma empresa paulista que fabrica palitos de dentes —, chorou como criança ao pé dos pinheiros. "Nunca mais vou comer pinhão", dizia em pranto.

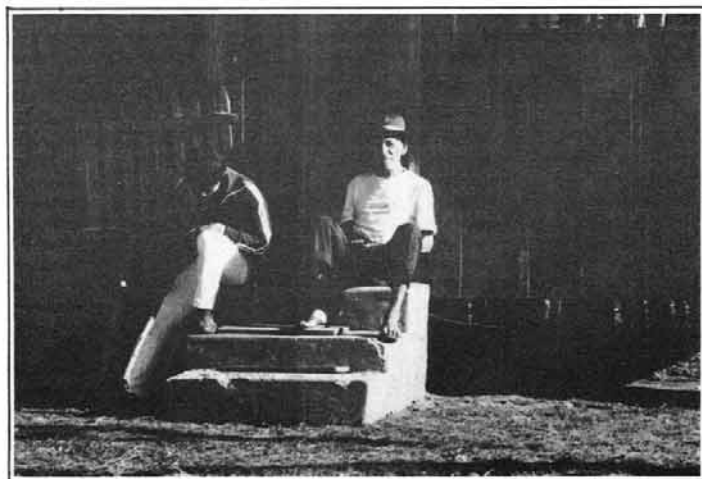
Além disso, as promessas de regularização das terras acabam aprisionando os negros numa esperança nunca realizada. E a civilização entorpece o cativo com cachaça e bilharito. ■



EDUARDO NASCIMENTO

■ Os corvos da barra adentro

Programador visual, Eduardo Bittencourt Nascimento (Antonina, 1951) trabalha uma álgebra dos valores gráficos que tanto se vale da fotografia como do desenho e da pintura. Não quer ser fotógrafo nem desenhista nem pintor, mas reunir os fazeres respectivos na programação vista como uma só coisa, uma una e única operação. Sua tarefa é projetar no espaço para que esse espaço seja lido da melhor maneira. E a melhor maneira, para Edu, hoje em dia, fica assim: *Poucos sinais e muita mensagem*.



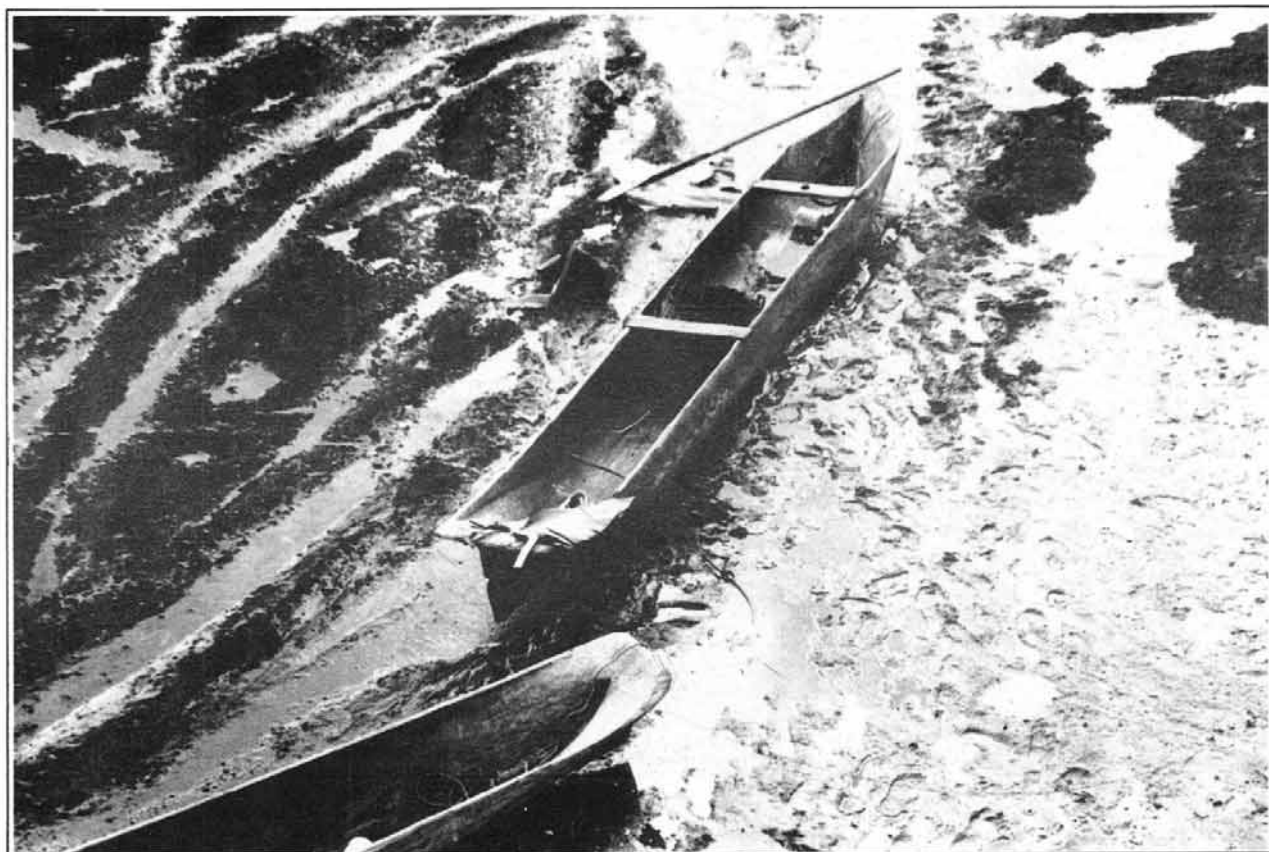
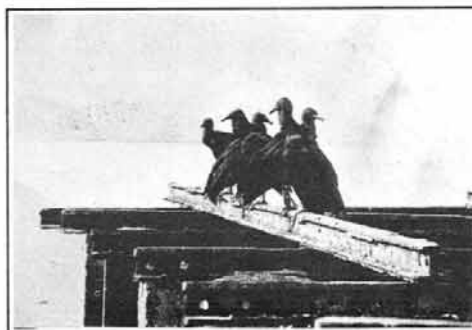
Professor de composição no curso de Artes Plásticas da FEMP. Mestrado em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) com tese sobre o comportamento do ponto na geração da imagem gráfica (...a retícula enquanto ícone...). Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos. Descasado. Dois filhos. Muitas viagens de fim de semana morro-abaixo para rever Antonina, sua mãe, sua avó Mariquinha, seu tio Bráulio, e o casarão da velha cidade. Em Antonina é que mais funciona a Minolta SRT-101-B recebida como prêmio em concurso do Museu da Imagem e do Som nos idos de 75.

De Antonina, Eduardo guarda talvez o maior acervo de fotos, próprias e alheias, modernas e antigas. E guarda algumas iras também pela maneira como a cidade foi tratada, nas administrações municipais dos anos 60, quando prefeitos de idéia virada resolveram demolir o Mercado, o Teatro, o Portão de entrada de Antonina, este um marco que datava da abertura oitocentista da Estrada da Graciosa.

A fria lógica dos analistas semióticos serve a Eduardo para estudar os corvos enquanto elementos da paisagem. O que não impede que de corvo ele também entenda, ao menos até os limites da barra. Na barra, principia o país da gaivota, que só entra barra adentro em caso grave de tempestade. A simetria em relação à barra da baía, os corvos também respeitam, sem nunca pôr o bico barra afora.

E para fechar a conversa o caso raro de um corvo antoninense achado - caído - ao pé de um prédio da Capital. Como chegou, ninguém sabe. Deve ter dado um voo rasante, um voo de mau jeito, um voo abaixo da nota. Um ponto fora do quadro.

■ *Jaques M. Brand*



Tenho me ocupado, nos meus estudos de Direito, com a questão quase abandonada da existência de grupos humanos que vivem absoluta ou parcialmente à margem das instituições jurídicas de nossa sociedade. Não me refiro aos marginais da lei, que sobrevivem da própria sociedade e que são marginais porque a lei assim os qualifica, mas aos raros grupos humanos que vivem de forma estruturada fora do alcance de nossas instituições jurídicas, e são chamados genericamente de índios.

Por índios o senso comum entende um grande número de nações que vivem hoje em sociedades não estatais e desconhecem algumas das mais enraizadas instituições atuais, como a propriedade, a posse, o Estado com seus poderes divididos e interinfluenciados, e a lei.

Estas nações sobrevivem com dificuldades inenarráveis, porque seus territórios, cada vez mais próximos de nossas fronteiras, ficam exíguos e muito cobrados, já que normalmente habitam terras férteis. Algumas nações têm a infelicidade de conviver com riquezas minerais que sequer sonham ter qualquer utilidade, como a bauxita, materiais radioativos e até mesmo ouro e pedras preciosas. Estas infelizes nações têm sido assaltadas de forma violenta pelo que chamamos de civilização, desde o descobrimento da América até nossos dias, cada vez com mais sofisticação e menos piedade.

Neste choque violento de sociedades estatais e não-estatais, sobra, depois da guerra, uma necessária relação entre povos ou entre indivíduos culturalmente diferentes, na qual um lado possui um direito sistematizado, ou melhor, estatalmente sistematizado, e outro possui uma sociedade organizada e rígida, mas sem normas estatalmente estabelecidas, isto é, sem sanções definidas e sem intervenção de uma ordem genérica, acima dos indivíduos.

Ainda hoje este choque se dá e é profundo mesmo depois de longos anos de contato e interligação. Alguns exemplos brasileiros e locais são altamente elucidativos. A Nação Guarany tem contato com o mundo civilizado há praticamente 400 anos e até hoje alguns grupos Guarany, embora aparentemente integrados, se mantêm culturalmente distantes, e entre si mantêm certas normas de conduta não prescritas em nosso Direito, mas que são seriamente obedecidas.

Hoje, no Brasil, existem mais de 150 grupos nesta situação e engana-se quem imaginar que sejam grupos insignificantes. Os Tikuna perfazem mais de 30.000 pessoas, os Kaingang, aqui no Paraná, são 7.000, os Guarany Kaiwá são 12.000, os Macuxi, 15.000, os Panhararu, 400, totalizando cerca de 250.000 índios no Brasil.

"A lei é uma invenção. Se a lei não defende o direito dos índios, os brancos que inventem outra lei". (O índio Paiaré, Gavião do Sul do Pará, não foi apenas sábio ao proferir este juízo sobre as leis e sua forma de elaboração, foi profético. Frase proferida em 1985, quando os índios não faziam ideia do que seria a Assembleia Nacional Constituinte, que haveria de se reunir dois anos depois).

OS ÍNDIOS E A CONSTITUINTE

Carlos Marés

Há séculos *saeculorum*, desde que as naus dos 'conquistadores' aportaram a terras brasileiras, os índios têm sido violentados em seus direitos inalienáveis. E o direito deles, como diz neste artigo o consultor jurídico da Comissão Pró-Índio, Carlos Marés, "não admite subterfúgios, porque é anterior ao próprio Direito".

Os menos de 300 mil índios que sobreviveram à invasão colonizadora, hoje em dia não conseguem ao menos eleger um representante no Governo brasileiro. E, a continuar assim, dentro de algumas luas não restará nem um representante da raça. (O cineasta paranaense Sérgio Bianchi, em seu premiado curta *Mato Eles?*, trágica e ironicamente entrevistou o "último Xetá", na reserva indígena de Mangueirinha, no Paraná).

A terrível situação em que se encontram os índios tem sido denunciada e debatida, mas até agora nenhuma medida oficial ao menos roçou o alvo. "A lei é uma invenção" — disse sabiamente o índio Paiaré, Gavião do sul do Pará. "Se a lei não defende o direito dos índios, os brancos que inventem outra lei."



Os índios Gavião são guerreiros do Sul do Pará, que até há pouco mais de trinta anos, sem contato, não permitiam, sob ameaças de flechas e bordunas, a entrada de estranhos em seu território. Aos poucos foram baixando a guarda, fazendo concessões, permitindo o contato, perdendo domínio sobre o rio Tocantins. Logo depois, começaram a perder suas terras, primeiro reduzidas, depois alagadas pela represa de Tucuruí. O restante hoje está cortado por uma rodovia, uma ferrovia e linhas de transmissão de energia elétrica. Essa dura realidade, apreendida com o trágico amargor da derrota, da violência e da mentira, não é apanágio do grupo Gavião, praticamente todos os mais de 180 diferentes povos indígenas brasileiros sofreram esta mesma história, resistência, aproximação, engano e derrota.

Exatamente por isto, Paiaré não externou apenas em frase de efeito o sentimento de todos os índios, mas o direito fundamental, anterior à norma escrita, que é realidade e não invenção, que todos os índios desejam e precisam ver reconhecida pela "invenção" legal dos brancos e que atende pelo nome de Constituição.

Assim como os esquimós têm direito a uma representação groenlandesa no Parlamento dinamarquês e no Canadá foi chamada uma especial representação indígena na elaboração da recente Constituição promulgada, nada seria mais justo e necessário que os índios brasileiros tivessem representação orgânica e definida, escolhida de forma diferenciada, para, de fato, sugerir, propor junto, definir os destinos deste todo nacional ao qual, diferenciadamente, pertencem. Pouco menos de 300 mil índios, divididos em mais de 180 nações diferentes, vivendo nos diversos Estados brasileiros e não conseguindo jamais reunir coeficiente eleitoral suficiente para eleger um representante índio, porque concorrem com os brancos e destes dependem de votos. É necessário e urgente que se reconheça o direito dos índios à representação. Mas isto não está posto para a Nação Brasileira, há um caminho a andar que começa, sem dúvida, por garantir e reafirmar os direitos dos povos indígenas sobre seu território, reconhecendo-o como anterior à própria lei, não apenas o direito genérico, comparável ao direito público sobre a terra, mas também as necessárias restrições que devem ser impostas ao Estado brasileiro no uso e exploração de riquezas nessas áreas. O direito dos índios não admite subterfúgios, porque é anterior ao próprio Direito, mas por outro lado o Estado brasileiro não admite a ausência de soberania sobre estes territórios. Encontrar o ponto de equilíbrio entre estas duas premissas antinômicas é tarefa da Assembleia Nacional Constituinte.

Infelizmente, porém, o anteprojeto Cabral não tem atendido a esta necessidade, e o próprio Governo Federal, através do Ministro da Justiça e da FUNAI — Fundação Nacional do Índio —, parece fazer questão de, antes que a sociedade brasileira "invente" uma lei que garanta o direito aos indígenas, exterminar a realidade indígena. O atual Governo Federal está batendo todos os recordes de velocidade no processo de dizimação, violentação e extermínio das culturas e populações indígenas.

Aos próprios índios e à sociedade brasileira cumpre dar um basta nesta agressão, que de resto não é mero problema indígena, mas um problema nacional.

Carlos Marés é secretário da Cultura do Município de Curitiba e consultor jurídico da Comissão Pró-Índio.

ÍNDIOS DO PARANÁ

Se a história do Brasil insiste em esconder sua própria existência antes de 1500, tentando fazer crer que este vasto mundo era desabitado antes da chegada dos portugueses, e os pitorescamente mostra alguns índios e seus produtos, no Paraná os índios são bem escondidos até hoje.

Os poucos mais de 5.000 índios oficialmente reconhecidos como tal e devidamente aldeados numa das 15 áreas indígenas do Estado, embora sendo poucos, demonstram com eloquência que um dia o Paraná foi povoado por povos que disputavam seu espaço vital em igualdade de condições: os Kaingang, Guarany, Xetá e Xokleng.

Que os índios ocupavam todo o Estado não resta dúvida, no norte restaram quatro reservas (Municípios de Londrina, São Jerônimo da Serra, Tomazina e Santa Amélia); no centro do Estado, os municípios de Cândido de Abreu, Manoel Ribas e Ortigueira mantêm reservas para os Guarany e Kaingang; no centro-sul, Guarapuava e no sudoeste, Mangueirinha e Palmas,

na barranca do Paraná, empurrados pela formação do lago de Itaipu, os Ava-Guarany mantêm uma reserva cujo nome, Ocuy, homenageia seu antigo habitat, inundado pela represa. A maior reserva em área contínua está no município de Laranjeiras do Sul, Rio das Cobras, com 19.000 ha e uma população de 1.500 índios, dos quais a maioria Kaingang. Os Xetá não tiveram tanta sorte e foram dizimados há pouco mais de 20 anos na região noroeste do Estado; os 5 Xetá sobreviventes estão distribuídos pelas aldeias do sul, sob a proteção de seus parentes Kaingang e Guarany. Os índios do litoral não são reconhecidos nem se reconhecem como tal. Há poucos anos os viajantes Guarany se estabeleceram na Ilha da Cotinga e lá constituíram uma aldeia.

Se marcarmos no mapa do Paraná todas estas reservas que são reconhecidas como áreas de posse imemorial dos indígenas, e além disso acrescentarmos a informação de que nos estados e países fronteiriços são encontrados ainda hoje índios das mesmas nações — em São Paulo, Kaingang e Guarany, no Mato Grosso do Sul, Guarany, no Paraguai, Guarany, em Santa Catarina, Guarany, Kaingang e Xokleng —, temos o quadro completo no sentido de

que Paraná, ou esta região da margem esquerda do rio Paraná, compreendida entre os rios Paranapanema e Iguaçu, até o mar, é Guarany, Kaingang, Xokleng e Xetá, povos que nos últimos anos foram levados à via de extinção pela ganância desmedida e pela guerra e devastação dos seres vivos do mar.

Se hoje o Paraná é dividido com cercas de arame farpado, seus rios são rasos e sujos, seu povo tem sede, lhe falta o alimento dos animais e do pinheiro, a sombra da araucária não lhe ameniza o verão nem o sapê lhe aquece o inverno, nem sempre foi assim. Quando os Guarany dominavam esta serena região do universo, era fresca a água dos córregos e saudáveis os peixes dos rios, os animais disputavam com os homens a caça e o espaço, mas ninguém matava mais do que o necessário para a própria sobrevivência. E ainda assim os Guarany buscavam incessantemente a "terra-sem-maleis" que um dia, esperanças, acharam que os brancos do mar estavam trazendo. Amarga ilusão. Quem sabe um dia a "terra-sem-maleis" possa ser construída, já que não pode ser encontrada, e nela todos nós, povos do mundo, vivamos em fraternidade, e a poesia Guarany tome conta de todos os homens.

OTÁVIO DUARTE

o corpo além de mim outros tocaram
e outros e outros suores e arfares

gestos claros ou escuros quase nada
só o tato e a procura

os olhos de mirar olhar e gesto tímido
brilhos de ânsias animais miraram
e ainda mais e sempre à frente

e não é queixa e nem é deixa
foi acaso o nosso abraço ou quase
e também essas crianças que assim gritam

fortuita amargura o sal dos corpos
na língua das palavras e lambidas

aquele amar tão puro não o era
sem gosto sem pecado sem incenso

e a noite e o vento e o tempo
não são nada

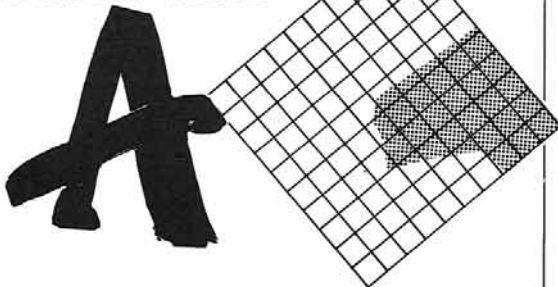
nem o tigre o deserto
o labirinto

não é nada a púrpura
não é nada o sexo não é nada o grito
não é nada o nada

não é nada

■ Otávio Duarte, poeta, escritor, videomaker, é paraense de Campo Mourão vivente em São Paulo, onde trabalha com telejornalismo (Globo). Nos anos 70, escreveu *Blue*, com Carlos Goerner, Luiz Bellenda e Jorge Luiz da Oliveira ("Luiz", revista de ficção, poesia, reportagem e HQ. É autor de *Alice* (Curitiba, Zé Blue, 1982, 56 p., ilustr.) e *Notícia das Heróis* (Curitiba, Edição do Autor, 1985).

JOSÉ J. VEIGA FABULOSO FABULISTA DO REAL



Rosse Marye Bernardi

No final da década de 50, o goiano José J. Veiga, então com 44 anos, lançava pela Editora Nítida o seu primeiro livro — a coletânea de contos *Os cavalinhos de Platiplanto*, que recebera no ano anterior o prêmio Monteiro Lobato, da Associação Brasileira de Escritores. Problemas econômicos levaram a editora à falência e a obra foi, em consequência, mal distribuída. Mas já então chegara a hora e a vez do novo escritor: a crítica saudou-lhe a estréia madura, a revelar um prosador extraordinário que se instalava com segurança na literatura brasileira, alargando e aprofundando uma de suas vertentes — aquela voltada para a exploração do insólito e do fantástico enquanto elementos reveladores do real.

Quanto ao aspecto composicional, José J. Veiga é daqueles escritores que constroem seu estilo à custa de muito trabalho. Cada novo livro é em si mesmo uma espécie de laboratório ficcional, um processo crítico de escritura que se refaz em várias versões até à gestação dos textos, verdadeiras alegorias e fábulas que apresentam uma frase enxuta e uma fluência coloquial que parecem apontar, entre outras declaradas influências, para a prosa nua de Graciliano Ramos e para o Salinger de *O apanhador no campo de centeio*.

A hora dos ruminantes, segundo o livro de Veiga, custou-lhe sete anos e cinco versões. Por isso, só em 1966 foi dado aos leitores conhecer Manaraima, pacata cidadezinha que uma manhã acordou invadida por homens esquivos. O acontecimento subverte o contexto familiar, substituído por um clima sufocante onde realidade e fantasia se confundem, cães e bois expulsando habitantes de suas casas, enquanto outros se harmonizam com os visitantes e outros resistem altivamente. No entanto, assim como chegaram, num belo dia os estranhos desaparecem e os manaraimenses podem reconquistar o seu espaço, livres da sufocante opressão, sentindo apenas que "as horas voltavam, todas elas, as boas, as más, como devem ser."

A fábula do livro, de evidente conteúdo alegórico, permite uma

leitura que faz a crítica e a denúncia do momento político em que foi engendrada. Mas José J. Veiga, sem fugir do seu tempo histórico, parece também escrever estórias para outros tempos, tornando-se um escritor do sertão (no sentido metafórico), como queria e ensinava seu amigo Guimarães Rosa. O seu segredo talvez resida na maestria com que elabora os textos, fundindo a paisagem de fundo (cidadezinhas inventadas, de nomes estranhos, perdidas no tempo e instaladas num espaço semi-rural que mantém certos valores humanos) e o clima de opressão do mundo moderno. Ou ainda no olhar de criança com que, ao longo dos anos, Veiga tem surpreendido os mistérios da vida, nas palavras do crítico da revista *Visão*, de 30/10/85.

Depois de *A máquina extra-aviada*, contos, de 1968, Veiga publica o romance *Sombras de reis barbudos*, em 1972. Nele, o garoto Lu, paradigmático dos heróis e principais personagens do autor, não mais pode fugir para as "ilhas dos gatos pintados" ou para as "invernadas do sossego" (vide *Os cavalinhos de Platiplanto*). A estranheza e o insólito da própria realidade o agredem e Lu resolve escrever sobre os acontecimentos que revolucionaram, a sua pacata Taitara: "Quem poderia imaginar naquele tempo de festa e alegria que um sonho tão bonito ia degenerar nessa calamitosa Companhia?" Mas a Companhia se instala e com ela a angústia e a opressão, os muros brotando num clima kafkiano que tem a ver, ao mesmo tempo, com os primeiros choques infantis frente à crua realidade do mundo e o clima político e social do início dos anos 70. Na visão de mundo do autor, a única saída para o homem é a liberdade — liberdade de viver e amar — liberdade de voar, poética imagem com que encerra o livro, transformando-o em libelo contra qualquer forma de tirania.

Seguem-se *Os pecados da tribo*, 1976; *De jogos e festas*, 1980; *Aquele mundo de vasabarro*, 1982, e finalmente o romance *Torvelinho dia e noite*, publicado em 1985. Agora respira-se outro clima — no texto e no contexto. Nilo, menino inteli-

gente e informado, mora em Torvelinho — cidadezinha mineira ou de qualquer outra parte deste Brasil afora. Convive com fantasmas, conversa com flores, assiste à transformação e ao amadurecimento moral e político de seus conterrâneos. Tudo mediado por um narrador que abre espaço, quase didático, para a reflexão sobre a educação dos jovens ou sobre as novas posturas diante da vida. E que se recusa à acomodação, insistindo na necessidade de constante alerta: "Afinal viver é muito perigoso, como dizia um jagunço que andou por estas terras em outros tempos," ele escreve, homenageando Riobaldo e seu criador.

José J. Veiga é mesmo um fabuloso fabulista. Eis que agora o surpreendemos outro e novo e, ao mesmo tempo, tão igual a si mesmo, nestas páginas de *Nicolau*, que publica o seu conto inédito "O homem que viu a árvore."

Avesso a rótulos e etiquetas, Veiga certamente não se entusiasma com o fato de encontrarmos neste texto características que apontam um suave trânsito para outra vertente literária, a da *science-fiction*. Mas, embora ambientando a sua temática no futuro, o autor, talvez paradoxalmente, nunca tenha se voltado com tanta premência para o presente. Valendo-se de novos recursos técnicos e temáticos — atente-se para o bilhete dirigido ao editor de *Nicolau* e para a nomeação de vários intelectuais brasileiros contemporâneos, por exemplo — ele rompe as fronteiras entre ficção e realidade, instaurando uma nova verossimilhança textual. Tornando-se também o fabulista da ecologia, Veiga mostra o futuro como consequência do presente, e retoma implicitamente os versos de Pablo Neruda que escolheu como epígrafe de sua primeira obra: "Hablo de cosas que existen./Dios me libre/de inventar cosas cuando estoy cantando!"

Prezado Wilson Bueno: aí vão minhas lembranças do grande J.B.N. reunidas com a pressa que você pediu, e por isso muito desarrumadas. Se achar que não servem para o *Nicolau*, não se acanhe: mande-as para o limbo via cesto. Um abraço. J.J.V.

Conheci J.B. Nominato em meados do século passado na redação do Correio da Manhã, então um dos dois ou três jornais mais importantes do país, que ele costumava visitar quando vinha ao Rio. Essas passagens dele por aqui eram rápidas, só o tempo de rever alguns amigos e cumprir a formalidade de se apresentar na Divisão de Fronteiras do Itamarati, por onde recebia modesto salário contra a obrigação de apresentar relatórios sobre suas expedições à selva brasileira.

Pelo que percebi nesse nosso primeiro encontro — encontro acidental, eu estava ali por acaso e nunca tinha ouvido falar em J.B. Nominato — ele era reconhecido ao diretor do Correio, M. Paulo Filho, pelo apoio que o jornal dava ao seu trabalho e a ele pessoalmente em seus frequentes atritos com a burocracia ministerial.

Do grupo que se formava em volta de J.B. naqueles fins de tarde na antiga avenida Gomes Freire, hoje General Stimson, faziam parte, se bem me lembro, Aderson Magalhães, noticiário que assinava também uma coluna com o pseudônimo extravagante de *All-Right*; Alvaro Lins, que já havia deixado a crítica literária pelo comentário político; Antonio Callado, então iniciando a sua carreira literária; Geraldo Werneck, Salim Simão, Luís Alberto Bahia, e quem mais tivesse disponibilidade de tempo no momento. Ocasionalmente juntava-se a nós o douto e arredio O. M. Carpeaux, principalmente quando chegava a hora de ver e tocar as fotografias.

Naquele meu primeiro encontro com J.B. ele acabava de chegar de demorada viagem à fronteira peruana, onde fora com o antropólogo Nunes Pereira, mais tarde autor do fundamental *Moronquetá*, um Decameron indígena, para estudar o comportamento das pessoas no trato com animais quando sob efeito do chá de *aucsa* (as pessoas), isso num tempo em que não havia ainda nenhuma informação científica sobre essa planta (o célebre estudo de T. Leahy só foi publicado na década seguinte). O trabalho de J.B. Nominato saiu no *American Journal of Informal Psychology* de novembro de 1959, do qual guardo ainda um exemplar com dedicatória de J.B.

Estabeleceu-se uma consonância quase que instantânea entre mim e J.B. Gostei logo de seu jeito tranqüilo, de sua conversa e de sua filosofi-

Rosse Marye Bernardi, professora de literatura brasileira da UFRJ, defendeu na USP a tese de doutorado *Dalton Trevisan: a trajetória de um autor que se revê*.

O HOMEM QUE VIU A ÁRVORE

José J. Veiga



Ilustração: Carlos Carriá

fia de vida, muito parecida com a que eu tentava desenvolver para mim e que resumidamente seria isto: não apresse o mundo; ele tem quatro bilhões e meio de anos e ainda não está feito.

Da redação do Correio saímos para jantar. J.B. sugeriu o Café Lamas, no largo do Machado, Paulo Filho quis vetar, achava o Lamas barulhento; mas concordou quando J.B. justificou a escolha dizendo que precisava entregar uma pena de uirapuru que havia prometido a um garçom que trabalhava lá. Alguém perguntou para que servia uma pena de uirapuru, J.B. respondeu que as pessoas achavam que dava sorte. Aí perguntei se ele acreditava nisso, ele olhou-me com benevolência e explicou com paciência que se fosse para ele mesmo ele não daria um passo nem mexeria um dedo em busca de tal amuleto; mas tratando-se de encomenda de pessoa humilde e necessi-

tada de sorte, ele primeiro consultara uma autoridade no assunto, o sábio Luís da Câmara Cascudo, para que tudo fosse feito dentro das normas, inclusive levava a pena para ser preparada por um pajé da região onde ela fora encontrada. Se com todo esse trabalho o rapaz não melhorasse de vida, a culpa não seria dele, J.B.

Achei essa ambivalência um tanto inadequada para um homem que eu começava a admirar, mas por sorte não fiz nenhum comentário. Porque a luminosidade que se acendeu no rosto do rapaz quando ele abriu o estojozinho de vagem de jatobá e viu a pena de uns oito a dez centímetros descansando sobre um forro de veludo verde me convenceu de que o amuleto já começava a dar resultado. O que víamos diante de nós era um homem absolutamente feliz. Olhei depois para J.B. e notei que ele também participava totalmente do momento mágico que ele mesmo preparava. E os outros companheiros

guardavam aquele silêncio respeitoso que a felicidade inspira nos que podem contemplá-la sem inveja.

Naquele tempo J.B. só era conhecido do seu pequeno círculo de amigos e dos cientistas com quem se correspondia no Brasil e no estrangeiro. Só quem falava dele de vez em quando para o grande público era Paulo Filho nos artigos que escrevia com o pseudônimo também não muito inspirado de João Paraguaçu, e falava com um entusiasmo que às vezes comprometia o rigor científico da informação que pretendia passar. Esses artigos de J. Paraguaçu provocavam cartas muito corteses de J.B., das quais cito algumas de memórias, porém não textualmente, é claro. "Perdão, caro Paulo. Eu não disse que os Cauaiuia-Parintintins são antropófagos; eles gostam de passar por antropófagos para assustar certos brancos abusados que vão lá aborrecê-los". Outra: "Peço licença para retificar o seu quanto ao mais excelente artigo sobre línguas indígenas. Os crenacarores não falam gaélico (!). Falam uma língua de entonação que lembra o gaélico. Quem me disse isso foi o ator e playwright galês Emylyn Williams, que acompanhei numa visita ao Museu Goeldi de Belém, em 1950". Outra: "Os cerrados do centro-oeste não foram causados pelas queimadas iniciadas no século XVII. Não sei onde você foi buscar essa idéia. Eles foram formados no Quaternário ou no fim do Terciário, portanto há três milhões de anos, no mínimo. Mas as carvoarias de hoje, se continuarem, vão transformar os cerrados em deserto até o fim do século".

E assim por diante, o naturalista meticuloso retificando o jornalista empolgado.

Um momento quase religioso de nossas conversas era quando J.B. abria a pasta de couro muito surrada que sempre carregava e mostrava as fotografias trazidas de sua viagem mais recente. Se era na redação do Correio, o trabalho parava por um instante e a "sala dos articulistas" ficava pequena para caber os redatores, repórteres, fotógrafos, visitantes que acorriam para ver fotografias de árvores, de pássaros, de flores, de água corrente, coisas que não havia mais nas grandes cidades. As pessoas queriam pegar na árvore, no tucano, no sabiá, na superfície da água, e exclamavam emocionadas, "Está vibrando! Está cantando! Está correndo, e é frinha!", tal a força de vida que a imagem da coisa natural transmitia mesmo em fotografia.

Passou-se o tempo, terminei o meu curso (de arquitetura) e fui ajudar a fazer Brasília. Paulo Filho adoeceu e afastou-se do Correio da Manhã. J.B. continuou viajando e estudando o Brasil, mas perdi contato com ele. Um dia fiquei sabendo pelo Correio Brasileiro que ele estivera doente em Manaus mas já havia retornado a luta, agora na busca desesperada de um meio de deter o avanço do câncer gorduroso, doença que vinha matando o verde no país. Fiquei atento, e fui acompanhando a estada dele no Canadá, nos Urais, na Suécia, no Panamá, na Malásia — onde houvesse um centro de silvicultura ou um laboratório de fitopatologia que pudesse ajudá-lo a salvar o verde que ainda havia aqui.

A grande maioria das pessoas de hoje, que descansam à sombra de árvores fabricadas pela Goodyield e pela Cirelli, bebem água produzida pela Emyreal Chemical Inc., ouvem cantigas de pássaros feitos pela Zony; pela Phipson, pela Teleflink, respiram ar sintetizado pela Wide Margins, não podem entender a correria desesperada de J.B. contra o tempo, e que o levou ao esgotamento físico e à morte. É que à primeira vista pode não haver diferença entre uma árvore artificial, um pássaro artificial, uma cachoeira de água artificial e a sua contraparte natural. Mas quem vê os espécimens naturais em fotografias e em filmes (obviamente) sente aquela vibração, aquele formigamento, aquela presença de vida que eles continuam emitindo quase um século depois de extintos, qualidades que o grande J.B. celebrou numa época em que essas coisas pareciam eternas e por isso não recebiam a atenção que necessitavam.

Ao lembrar J.B. Nominato e o seu trabalho me ocorre que eu também já posso ser considerado uma raridade. Sou talvez a única pessoa viva que viu e falou com a última pessoa que descansou à sombra de uma árvore natural e ouviu o canto de um bem-te-vi natural. Segundo registro da extinta Sociedade Brasileira de Ornitologia o último bem-te-vi nascido de ovo cantou pela última vez no dia 17 de abril de 1970 às 9h e 1m. nas imediações de Mariápolis, no oeste paulista; e J.B. Nominato gravou esse canto.

José J. Veiga é autor de, entre outros livros, Os cavalinhos de Platiplanta (Rio, Nórdica, 1969), A hora das luminárias (Rio, Civilização Brasileira, 1966), Os peccatos do tito (Rio, Civilização Brasileira, 1976), Aquela vida de Vasobarras (São Paulo, DIFE, 1982), Tonelino dia e noite (São Paulo, DIFE, 1985).

DEUS E A CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA

Ernani
Buchmann

A criação, essa atividade que tem o poder de gerar alguma coisa a partir de alguma coisa, é tão ampla que abriga profissionais os mais variados. Escalar o time principal dos criadores não é tarefa fácil. Deus seria o capitão, sem dúvida. A zaga poderia ser formada por Tião Maia e Olacyr de Moraes, grandes criadores do segmento gado. Steve Wonder e Jorge Luis Borges formariam o meio-campo perfeito. Ambos criadores de sonhos, mestres do criar nas trevas, trariam consigo a vantagem de dispensar o uso de refletores sempre que o time adversário resolvesse apagá-los. O ataque teria que ter o holandês Van Gogh, Michelangelo e Da Vinci — essa infernal dupla italiana —, com certeza Pelé e, por que não?, Éder na ponta-esquerda, já que entre os criadores devem ser incluídos também os “de caso”.

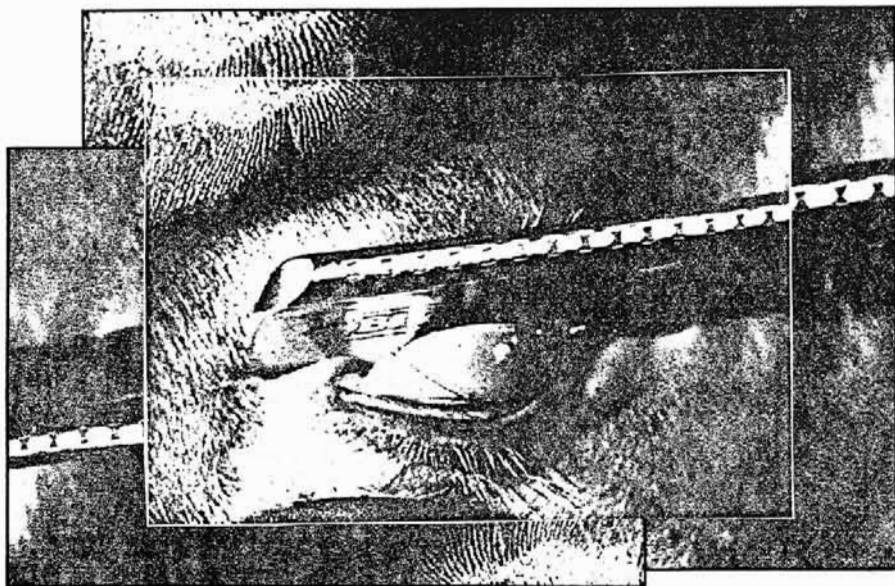
O time mantém algumas posições vagas, a serem completadas a partir do gosto de cada freguês. Se o freguês for, por exemplo, um criador publicitário, exigirá de imediato um lugar para ele mesmo, pois o que começa a diferenciá-lo dos comuns mortais é a consciência de ter tanto talento quanto os grandes da humanidade. Se tem ou não tem é outra história, porque o talento, sendo uma qualidade de ordem subjetiva, quando cantado em benefício próprio tende a transformar-se no defeito do cabotismo, como se sabe.

O fato é que a criação publicitária vive a exigir talento dos que dela sobrevivem. E se isso é algo difícil de conseguir — porque, reconheçamos, talento não é algo que se compra no armário da esquina —, em se tendo as portas estão abertas para uma profissão que sabe como poucas aliar um salário interessante a charme e reconhecimento.

Não faz muito tempo que começou a existir. No Brasil ela está ali pela segunda geração, embora antes dessa já houvesse um pioneiro ou outro, como Orígenes Lessa. A primeira geração é filha do Orígenes e tinha entre outros Ricardo Ramos, também filho do Graciliano, Júlio Cusi e Roberto Dualibi. Depois deles a criação jamais voltou a ser a mesma.

Quando a segunda geração assumiu o comando, pelo final da década de sessenta, começou de setenta, com Neil Ferreira, Hans Dammann, Washington Olivetto, Petit e Zaragoza, além de mais uma infinidade de bons criadores, a profissão já tinha todos os componentes que tem hoje: salário, charme e reconhecimento.

O DISCRETO CHARME DOS PUBLICITÁRIOS BRASILEIROS, ESSES TÍPICOS ‘CRIADORES’ DO MUNDO MODERNO QUE TRANSFORMAM EM OBJETOS DE DESEJO — ÀS VEZES COM ARTE E ENGENHO — QUALQUER PRODUTO, SUJEITO OU FATO CONSUMÍVEL, DISSECADOS AQUI PELO AFIADO OLHAR DE UM REPRESENTANTE DO PRIMEIRO TIME.



Preciso cortar a navalha no olho de *Um chinês andôlo* (1929), primeiro filme do espanhol Luis Buñuel. Colagem-fotograma.

O primeiro deles, o popular bufunfa, aumenta e diminui conforme o talento do criador. Há que se dar certo desconto, no entanto. Publicitário adora mentir seu salário. Às vezes trata-se de mentira indireta: deixa ventilar determinada quantia, quando na verdade recebe menos do que o comentado. Assim, quando alguém disser na mesa de um bar que soube o salário do Sr. Criador, não acredite. Melhor averiguar. Muito do mistério que envolve a profissão está nesta estratégia. Certos criadores, inclusive, acreditam tanto na própria mentira que passam a levar um nível de vida compatível com o salário que disseram ter. Conheço um que achou de passar fins de semana em New York, meca dos criadores de propaganda, como se tivesse cacife para tal. Acabou sendo demitido da agência e hoje ganha a vida pintando retratos de autoridades.

O segundo ponto, o charme, também sofre oscilações dependendo de quem o manipule. Em geral, diretores de arte, bipedes que também abrigam-se sob essa couraça genérica chamada criação, costumam ter certo charme ao vestir. Redatores já não. Esses estão mais para o tênis e calça jeans desbotada. Os outros trajam grifes três sofisti-

cadadas. Calças largas, suspensórios, boinas, gravatinhas borboletas, os acessórios variam conforme o gosto particular do artista. Ajuda também a compor a imagem um certo estilo afetado, traído algum desdém para com as coisas corriqueiras, a rotina da vida. Mas o charme jamais pode ser considerado como propriedade da profissão. Aeromoças geralmente são mais charmosas que empregadas domésticas, o que não nos obriga a achar que todas as aeromoças têm charme e todas as domésticas não. Com relação às segundas, a propósito, não era essa a opinião da minha geração, quando em plena juventude, anos atrás.

Resta o reconhecimento. Ele existe, é verdade. Alguns têm mais do que devem, outros menos, mas pouco importa. Interessante é notar que o verdadeiro reconhecimento ao profissional de criação publicitária vem dos próprios profissionais de criação publicitária. É certo também que o público sabe reconhecer um bom comercial, mas não está capacitado a saber o autor da peça. O reconhecimento só pode vir, pois, dos próprios coleguinhos, nem sempre dispostos a considerar que o concorrente foi merecedor dos elogios que espera receber. Ainda assim, vê-se obrigado a tanto, mesmo

porque no concurso seguinte aquele criador antes premiado pode ser membro do júri que irá julgar uma peça sua.

Às vezes, o criador lembra uma criança mimada. Outras, está mais próximo do executivo. Em todas as ocasiões, entretanto, é um profissional em pressão constante. É dele, enfim, a obrigação de resolver o problema. E isso já justifica todos os seus defeitos. O meu, por exemplo, é chutar apenas com a perna esquerda, o que pode inviabilizar minha escalção naquela seleção cheia de vagas. Mas o Rivelino também só chuta com a canhoto e está com o lugar garantido; não fosse pelo fato de ser grande criador de lances inesquecíveis, seria por estar entre os grandes criadores de curiós.

Mas que eu colocaria um criador publicitário entre os onze, isso não posso negar. O que dificulta — outra vez uma dificuldade — é que o capitão do time jamais me aceitaria como técnico. Parece que ele também pegou a mania de acumular funções e não abre mão de mais essa.

ERNANI BUCHMANN é autor de *Cidades e Chuteiras* (Editora Módulo 3, Curitiba, 1987) e Diretor de Criação da Exclam Comunicação, de Curitiba.

NO PAÍS DOS ENJEITADOS

João Antônio



É preciso remexer o baú, pois, no fundo-fundo, nem sempre a gigantesca pátria-amada tem sido mãe gentil com seus melhores filhos. Que não passam de enjeitados da patota que manda na divulgação do país.

Há no país grande falta de vergonha. Há no país falta de memória. Há no país um senhor poeta enfiado lá no Mato Grosso do Sul para quem só é pai do poema quem morrer. Há nos altos poderes do país uma velhice precoce, crônica e mofada. Há na Baixada Fluminense um fino e forte escritor, inteiramente deixado pra lá e, no passado, citado com elogios por gente da importância de Oswald de Andrade. É Antonio Fraga e autor de *Desabrido*. E tem que ninguém sabe. É há lá no meio, quase no meio do país, um conjunto de monumentos do maior dos artistas que o país já teve. Monumentos, digamos, aleijadinhos.

Que o lugar em que se erguem essas estátuas do Aleijadinho é tocado pela magia da criação e até os ventos parecem soprar lá com o poder de se intrinsecar no diálogo acesso e permanente dos profetas na discussão que se arma em assembléia dramática e nunca unânime. Forma um dos mais intensos baillados deste país. Após mais de 150 anos de seu surgimento, é possível sentir, patética e atual, a discussão ali alta. E as indagações reviram o passado e o presente e entram pelo futuro do próprio destino labiríntico, precário e sempre provisório do Homem. É mais que Minas Gerais, naquele momento, aquele território.

O país já teve homens atentos que avisaram — é preciso olhar a obra do Aleijadinho quando as coisas da nacionalidade estão periclitando. Há um dilúvio de forças nessa obra, fundizado e lambuzado de “nosso” e do negro doce”, como dizia Mário de Andrade. Ainda o próprio Mário, já em 1928, lamentava o quanto se desconhecia sobre o Aleijadinho: “o que os brasileiros sabem no geral é que teve um homem bimaneta neste país, que amarrava o camarello nos cotos dos braços e esculpia assim”.

Acontece que esse homem, ao esculpir, estava fundando as artes brasileiras.

Lá no alto da montanha, a que o povo de Congonhas chama de Jacuba, e onde se planta, para o eterno, em estado de contradição perene num adro monumental em que um artista e sua arte e sua vida explodem num encontro e remissão e formam alguma coisa nova, há uma fundação. Ali nascem as chamadas artes brasileiras, com dor e rebeldia, claro, momento-limite e extraordinário, brasileiro, universal. Marco, expressão de uma virada, de um sentir coletivo que ele prendeu numa síntese e revelou, inaugurando. E foi antecipador, ainda hoje moderno. Os olhos não se cansam de sustos perduráveis e vão se jogando, aprendizes do eterno, na escultura e nas geometrias mágicas, múltiplas do Aleijadinho. Os profetas são tanta coisa, além de perplexos, ameaçadores e quase guerreiros... e lá dentro da Basílica de São Bom Jesus de Matosinhos, os olhos ficam pequenos para a pintura desconcertante — ô jamais repetidos azuis-e-vermelhos de Ataíde! — no galope da melhor loucura nacional, criadora, de Ataíde em azul-e-vermelho. Madonas desconformes, anjinhos

chorões, também mulatos, Cristos nutridos, tetos fabulosos.

Saio da Montanha Jacuba para o nível do mar e estou no Rio de Janeiro, que além de cidade-mulher, como Noel Rosa registrou, é indestrutível na sua escultura natural. Vai resistindo, heróica cidade, a todas as enfiadas de energúmenos especuladores e cada-vez-mais-ricos devastadores impunes. Cá entre nós, tenho para mim que esta cidade crê em Deus na medida em que ela não admite que toda a sua beleza morra.

Assim, cá no Rio, noite destas, eu ouvi um samba de autor anônimo que cantando assim dizia:

*Soprou um vento contrário
E agora ela é
Madame da baixa sociedade*

Não está escrito aí um romance em três versos? Ninguém nem conhece o autor neste país pródigo em sobejar talentos e esquecer o talento dos seus melhores filhos. Pois. Ouvi isso por acaso, no fundo de um cafeto, noite destas, vindo da boca desdentada de um crioulinho anônimo. Ouvi.

Há no país um escritor de verdade, cuja obra principal, *Desabrido*, se situa entre os territórios da Lapa e do Mangue e que já em 1942 espantava os sabidos da terra e que depois, inteiramente decepcionado com as patifarias das patotas e “ismos”, se mandou, há anos, lá para Queimados, ou tocou para algum canto da Baixada Fluminense, lá no Rio esquecido, Rio conflagrado e que nem sequer tem saneamento básico. Tenho para mim que ele ficou com preguiça de aturar a calhordice vigente e patoteira, este nojo que confunde manicérismo com virtude e talento. É Antonio Fraga, dono também de *Moinho E*, uma peça de teatro que só chegou às mãos e ao conhecimento de alguns raros e, creio, até hoje não foi montada no Brasil. Pois o Brasil desconhece o Brasil.

Este capítulo é brabo e imenso num país continental que não tem pólos culturais. Ou pior, tem um só: Rio-São Paulo que, pela distância de apenas 400 quilômetros numa dimensão de continente, acaba feito uma indistigável, raquítica e mal-encarada ditadura cultural, a ditadura da divulgação. Que mais fecha do que abre, que mais limita do que promove. Ai de quem não more em algumas regiões privilegiadas do Rio ou de São Paulo ou que não receba, por milagre de esforço, o beneplácito do eixo Rio-São Paulo.

Faz pouco um senhor poeta, que da badalado tem pavor assim como os poetas humanos e bons de Baudelaire tinham pavor da luz do sol, lançou novo livro, *Livro de Pré-Coisas*. Creio mesmo que não houve sequer um registro, uma nota miudinha nos jornais. E são poemas fortes de um surpreendente matogrossense-do-sul, um poeta do lixo, do lodo e das lesmas, para quem o apogeu é o chão, que sabe o ponto, conhece quando e onde as palavras explodem, ou melhor,

enlouquecem, e que canta, entre outros versejares, este “Accita-se entulho para o poema”. Desculpem. Mas há casos em que transcrever é um dever:

*coisinhas: osso de borboleta pedras
com que as lavadeiras usam o rio
pessoa adaptada à fome e o mar
encostado em seus andrajos como um tordo!
o hino da borra escova
sem motor ACEITA-SE ENTULHO PARA O POEMA
ferrugem de sol nas crianças raízes
de escória na boca do poeta beira de rio
que é uma coisa muito passarinho! suas
entortadas de vagalumes
traste de treze abas e seus favos empedrados de madeira
sujeito com ar de escolhos inseto
globoso de agosto árvore brotada
sobre uma boca em ruínas
retrato de sambuxiga pomba estabelecida
no galho de uma estreita! riacho com osso de fora
coberto de aves pinicando
suas tripas e embostando o orvalho
suas pedras indivíduo que pratica nuvens ACEITA-SE
ENTULHO PARA O POEMA moço que tinha
seu lado principal caindo água e o outro lado
mais pequeno tocando larvas!
rã de luaçal*

Este Manoel de Barros, mistura monumental de construtor subversivo, bandido, anjo e São Francisco de Assis, poeta talvez concebido sem pecado ou com todos eles — terão sido oito ou oitenta — publicou, de 1937 (data da morte de Noel de Medeiros Rosa no seu chalé humilde em Vila Isabel) até agora, oito livros de poemas e continua, solenemente, pouco divulgado. Além de títulos como *Compêndio para Uso dos Pássaros*, *Gramática Expositiva do Chão ou Arranjos para Assobio*, o poeta tem um *Glossário de Transnominações que não se explicam algumas delas (nenhuma) ou menos* e em que se lê, por exemplo:

POESIA. s. f.

*Ruiz de água larga no rosto da noite
Produto de uma pessoa inclinada a antró
Rememore que um riacho faz sob o caule da manhã
Espécie de restia espantada que sai pelas finchins de um
homem*

*Designa também a aimação de objetos lúdicos com
emprego de palavras imagens cores sons etc., geralmente
feitos por crianças pessoas esquisitas loucos e bêbados.*

Pelo que se vê ao se ler, o poeta Manoel de Barros, bruxo inveterado aos 68 anos de idade, sabe conversar com os bichos do pantanal matogrossense. Sua alma e seu corpo vivem pregados ao chão de lá e pouco se lhes dá se os mandões do poder da comunidade litero-artística do eixo Rio-São Paulo não descobrem o gosto, o cheiro, a cor, o som de sua poesia. De vez em quando o poeta aparece, esquivo, aqui pela cidade grande, como um peixe grelhado e foge depressinha para o mato, onde continua em seu silêncio que sabe ouvir lesmas e toca o seu finíssimo e continuado trabalho. A que chama, com humildade humilhante, de um inutensílio, pois, “ninguém é pai do poema sem morrer”.

Mas ele tem a força de um estampido em surdina. Carrega a alegria do choro. A poesia de Manoel de Barros é, de assim, singular e tão redentora e original que até parece comum. E é gigantesca e cai sobre a nossa alma como o sol cai em perpendicular sobre o nosso nariz.

João Antônio, autor, entre inúmeros títulos, de *Malaguelha, Petrus e Bacanapa* (Civilização Brasileira, 1963), *Leão-de-cha-cara* (Civilização Brasileira, 1975), *Deusa-Dura* (Record, 1982), *Menino do calote* (Record, 1983) e *Abraçado ao meu rançar* (Guarabara, 1986).

VENTOS AO VENTO

rabiscos em direção a uma estética

Paulo Leminski

A arquitetura do Escorial nada tem em comum com a estilística dos sonetos de Góngora, seu contemporâneo.

Qual a relação entre a música de Bach e a arquitetura alemã que lhe é contemporânea?

Claro: a coerência estilística interna de todos os produtos artísticos do Japão deve-se muito ao caráter "tribal" da cultura nipônica, ilhada e desenvolvendo-se, organicamente, sem muitas interferências externas, num ambiente de profunda integração campo/cidade. A arte e a cultura da Europa são produtos de vários povos, em acelerado processo de urbanização e transformação tecnológica.

Poderíamos, então, falar de uma estética japonesa, uma estética subjacente a todas as manifestações artísticas do Japão?

Alguns conceitos básicos e gerais norteiam a criação artística nipônica. Com eles, dá para montar uma espécie de constelação de princípios estéticos, capazes de iluminar a prática de artistas de qualquer época ou país.

ESPECIFICIDADES

Imersos nelas, sujeitos à sua hipnose, mal nos damos conta de como as formas e conceitos artísticos são históricos e relativos.

Conceitos como "poesia", "literatura" e até mesmo "arte" não existem no Japão antigo, como categorias genéricas.

Esses (e outros) conceitos são helênico-romano-renascentistas. Os gregos ainda usavam a mesma palavra, *techné*, para designar tanto a arte quanto a técnica. *Arts*, em latim, ainda exibe esse sentido abrangente. Nosso conceito de "arte" se cristaliza no Renascimento italiano, para designar as ditas Belas Artes, o lugar onde se manifesta a Arte, com maiúscula. A palavra japonesa *Gen-jitsu* para significar "as artes" é um composto recente, calcado no conceito ocidental. Havia pintura *sumi-é*, *ikebana*, arquitetura, teatro *Nô*; nunca houve uma palavra específica para designar, genericamente, "artes" ou "a Arte". Não havia, portanto, um termo próprio para significar "artista".

Da mesma forma, a palavra *bun-gaku*, para designar "Literatura", é composto recente, significando literalmente "ensinamento vindo de livros", algo como "bibliodidática", e que pode englobar livros que, para nós não seriam "literatura", arte feita com palavras.

Unidade de estilo, unidade de espírito, eis o que mais impressiona em todas as manifestações artísticas japonesas (pintura, caligrafia, teatro *Nô* e *Kabuki*, *ikebana*, *hai-kai*, arte do chá, artes marciais, arquitetura e decoração de interiores).

Por mais diferentes que sejam os meios de cada arte, parece que um mesmo espírito os anima a todas. Parece que, por caminhos diferentes, cada artista buscava a mesma precisa/imprecisa coisa, nessa cultura onde as artes sempre viveram muito próximas e mescladas (caligrafia e pintura; caligrafia, pintura e *hai-kai*; música, dança e poesia, no *Nô*).

As artes no Ocidente não apresentam coerência igual, embora categorias como renascentista, barroco, neoclássico, sejam comuns a várias artes.



ideograma de "vento", feng, em chinês, fu ou kazé, em japonês.

Não havia um conceito abstrato de "poesia", algo que estaria subjacente a todas as manifestações poéticas, epopeias, epigramas, odes, elegias.

A palavra *shi*, usada hoje para designar "poesia" é um derivado do chinês e significava, concretamente, um poema longo escrito à moda chinesa.

Havia formas poéticas isoladas, o *tanka*, o *waka*, o *renga*, o *haiku*. Não havia a "poesia".

Outros conceitos artísticos ocidentais não existiam no Japão antigo, enquanto conceitos, enquanto objetos do pensamento analítico: estilo, forma e conteúdo, inspiração, expressão, originalidade, beleza.

ALÉM DA BELEZA

A arte ocidental, do Renascimento italiano para cá, sempre pareceu perseguir um horizonte que poderia ser definido, vagamente, como "beleza". Até os futuristas, tão iconoclastas, falavam na "nova beleza do mundo moderno", declaradamente um carro-de-combate

mais belo que a Vitória de Samotrácia.

No ocidente, o artista é um produtor de "belezas" e de "Beleza".

A rigor, esse conceito de "beleza" não existia no Japão, de modo explícito. Em japonês, "belo" diz-se *kirei*, palavra que também significa "limpo" (em português, tanto a palavra "limpo" quanto a palavra "lindo", vêm do latim *limpidus*).

Mas os artistas japoneses não se esforçavam para fazer obras que fossem *kirei*. *Kirei* é meio "bonitinho", "formoso".

Os artistas japoneses sempre buscaram outras qualidades como padrão de excelência e horizonte estilístico, se movendo em torno dos conceitos complexos de *fu*, *wabi*, *yugen*, *hosômi*, *miyabi*, todos de difícil delimitação.

FU

(o vento, "elegância")

O léxico japonês é duplo: quase toda palavra japonesa, em estado de ideograma, traz duas leituras possíveis,

uma nipônica legítima e outra chinesa (uma adaptação fonética japonesa para a palavra chinesa).

Assim, o ideograma para "vento", em japonês *kazé*, pode ser lido *fu*, forma chinesa (em chinês, *feng*).

Mas, como na China, a palavra "vento", no Japão, não significa apenas um fenômeno natural. Investido de poderes metafóricos pode significar *um ar, uma aparência, um jeito de ser, uma maneira pessoal de aparecer, uma tendência, uma moda, um tipo de coisa*.

Fu é a tradução mais aproximada para a palavra ocidental "estilo".

Fu-ryu significa "elegância", "gosto", "requisito".

Bashô tem um *hai-kai* onde diz:

Furyu no hajimé...

"O começo da elegância, o começo da poesia" (está no canto coletivo dos plantadores de arroz...).

Fu, vento, forma fugaz, aparência passageira, vislumbre de *gestalt*...

começo da poesia
o canto dos plantadores de arroz
desta província

_WABI

(a simplicidade silenciosa)

Wabishii quer dizer, literalmente, "pobre", "miserável", "desolado", "sem conforto". O verbo *wabiru* significa "estar preocupado", "angustiar-se".

Não se vê muito bem como um conceito derivado dessa área semântica consiga desempenhar papel importante como princípio de estilo.

Mas *wabi* é um dos conceitos centrais, presente na preocupação dos praticantes de qualquer arte.

Wabi, como substantivo, significa "gosto pelo simples e tranquilo".

Ao contrário dos chineses, amantes da pompa e do ornamento, do dourado e do retorcido, o gosto japonês sempre privilegiou o conciso e o desafetado, o elementar e o mínimo, o (falso) rústico e o quase tosco, palha-de-arroz e peixe cru, espadas simples, quase só lâmina.

Só *kirei* não basta. Tem que ter *wabi*, máxima força estética, obtida com o mínimo de recursos, simplicidade austera, singeleza arduamente buscada.

Wabi tem que ter o ambiente para a cerimônia do chá, e os movimentos das artes marciais, tudo reduzido a seu mínimo múltiplo comum.

Mas a singeleza *wabi*, evidente-

mente, não deve ser confundida com imperícia ou incapacidade de produzir belezas mais clamorosas. Ao contrário. O estado de *wabi* é muito mais difícil de atingir que a mera "boniteza". Exige a recusa lúcida do acréscimo de qualquer elemento meramente ornamental. A "beleza" deve nascer de dentro da extrema simplicidade, belo é o gesto contido, que tira beleza de sua tão só eficácia nua.

Contém *wabi* a extrema concisão do *hai-kai*, com seu horror ao grandiloquente e ao explícito, feito mais de vazios que de presença, privilegiando o reles e o banal, o vulgar e o cotidiano, completo/incompleto em suas dezesseis sílabas.

Para comunicar que retorna de uma longa viagem, o ator de *Nô* dá apenas uma volta de 360 graus, sem sair do lugar.

Na caligrafia japonesa, as grafias mais sofisticadas dos sinais contêm *menos* traços que a grafia normal, ornamentação às avessas, tendendo a um grau zero de essencialidade, apenas o mínimo possível para a coisa existir.

Na sociedade japonesa antiga, mesmo nos círculos mais aristocráticos, perfumes e jóias eram desconhecidos.

Para nós, ocidentais modernos, a essencialidade do *wabi* lembra a concisão funcional da Bauhaus, com seus *designs* sintéticos, despojados, belezas derivadas da estrita funcionalidade do objeto, a beleza nascendo da limpa eficácia da função.

Mas os objetos da Bauhaus são instrumentos. Não são primordialmente obras de arte, "inutensílios", como eu digo.

A presença *wabi* na arte ocidental teria que ser buscada nas vertentes artísticas ditas construtivistas, o geometrismo abstrato, o concretismo, o minimalismo.

Mesmo, porém, nessas vertentes mais despojadas, o esforço pela simplicidade é visível e evidente. O *wabi* contém uma astúcia: o esforço tem que ser dissimulado, diluído no resultado final. O *wabi* é "casual", falso desleixo escondendo a fina arte por baixo.

YUGEN

(o mistério nebuloso)

Yugen é um composto de dois ideogramas que significam "vago, difuso, nebuloso" (*yu*) e "mistério, escuridão" (*gen*): algo como "indistinto mistério".

Yu, que também se pode ler *kasuka*, escreve-se com o ideograma de "montanha", com uns pequenos sinais inscritos dentro, simbolizando pequenos animais (ocultos nas cavidades da montanha). *Yurei* é fantasma, "assombração". *Yuei* quer dizer "confinamento, prisão". *Yukai* significa "além, outra vida, o mundo dos mortos".

Como conceito estético, *yugen* parece ser o contrário de *wabi* (ou, pelo menos, coisa bem diversa). Mas pode-se encontrar *yugen* numa obra de arte caracterizada por *wabi* "o mistério nebuloso" na "simplicidade silenciosa".

Entre os grandes *haikaiistas* japoneses, Bashô é mestre do *yugen*, Issa, é todo *wabi*.

Bashô admirava muito a poesia de Saigyô, um mestre de *tanka*, por seu *yugen*.

De Saigyô:

*Se sentir que não posso
viver em qualquer parte,
então não o farei,
aqui nesta choça,
neste mundo ilusório.*

Também dele, este *tanka*:

*ah, se eu pudesse
me dividir em mil pedaços
para ver cada uma das flores
que brotam nesta montanha.*

Yugen parece envolver certa noção de fantasia ousada, profundidade de sentimento, inventividade intrigante.

Seria a qualidade dominante daqueles *hai-kais* do próprio Bashô:

*estou em Kioto
mas ao ouvir o rouxinol
com saudades de Kioto*

Ou:

*polvos na armadilha
sonhos pululam
a lua vermelha*

Forçando uma transposição, pode-se conjecturar que *yugen* seria a qualidade predominante de certa poesia ocidental moderna, de Baudelaire, Mallarmé, Rimbaud e o Simbolismo para cá; Rilke, Yeats, Ungaretti, Blok, Pessoa, Eliot, Trakl, Drummond.

SHIBÚMI

(o gosto adstringente)

Certos períodos históricos do Japão promoveram e valorizaram um conceito estético que os caracteriza, artisticamente.

No período Muromachi (shogunato da família Ashikaga), desenvolve-se o conceito de *shibûmi*.

Shibui quer dizer "azedo, adstringente, pungente ao paladar." *Shibûmi* é "gosto adstringente".

Em arte, designa um estilo de "sobriedade elegante", "casto refinamento", "requeinte severo".

Não se confunda com *wabi*: é mais elaborado, simples, mas não tosco.

HOSÔMI

(o corte fino)

Quer dizer "corpo estreito". Fisicamente, designa a lâmina fina de um instrumento de corte, navalha, gilete, bisturi. Conota "finura de talhe", "agudeza de corte", resultado profundo obtido com o mínimo de matéria. Para os críticos japoneses, uma qualidade predominante nos *hai-kais* de Bashô.

Hosômi: despojando até o limite.

MIYÁBI

(a graça harmoniosa)

Mais um desses conceitos estéticos japoneses de difícil versão para línguas ocidentais.

Conceitos que traduzimos, aproximativamente, combinando categorias como "elegância", "sofisticação", "gosto refinado", "refinamento": "elegância sofisticada", "refinamento elegante" "sofisticação elegante", versões vazias já que se referem a um quadro de valores artísticos cujos referentes nos escapam.

É bastante provável que sejam difíceis de explicar mesmo em japonês: qualidades estilísticas são entidades sintéticas, verdadeiros "conceitos da sensibilidade", avessos à verbalização. Os padrões de excelência estética dependem essencialmente de educação e formação: estão muito longe de ser naturais. A informação estética não é programável: só realizável.

Conforme os dicionários, *miyabi* vem de *miyabita*, forma adverbial derivada de um verbo arcaico, *miyabu* (significa algo como "digno de ser visto").

Atualmente, atribui-se o conceito de *miyabi* às criações de Issei Miyake, o mais inovador dos estilistas japoneses de alta costura, que produz *miyabi* com material não-nobre: sacos de estopa, sucatas de tecidos, etc. No dizer dos críticos: "quando pendurados num cabide, as roupas de Miyake parecem apenas sacos. Quando vestidas, porém, se transformam, e fazem aflorar a personalidade de quem as traja".

Dessa forma, o *miyabi* de Miyake conteria muito de *wabi*, a toska "simplicidade silenciosa".



SABI

(a cor do tempo)

Sabi é pátina, a marca do tempo nos artefatos de metal, a presença da passagem dos dias e anos nos objetos do mundo.

Numa sociedade como a japonesa, onde sempre houve alguma harmonia entre passado e presente, *sabi* é uma qualidade positiva, atribuída pelos especialistas aos *hai-kais* de Bashô.

É o sépia das fotografias antigas, recuperado positivamente.

KARÚMI

(a leveza)

Karui, adjetivo, é "leve". Como uma pluma.

Em seus últimos anos, dizemos, Bashô insistia muito neste conceito.

Karumi é não pesar a mão.

Não deixar a arte aparecer, na obra de arte.

Karumi é fazer as coisas de tal forma que o necessário e o arbitrário, sempre tão indissolivelmente ligados na obra de arte, não possam ser distinguidos.

É conseguir dar a impressão de que um *hai-kai* que levou muito tempo para atingir sua forma final, pareça nascido na hora, "espontaneamente".

É ocultar a arte, fazer desaparecer o processo, fazer a arte parecer não-arte.

Karumi é a qualidade que, dissolvendo e dissipando a fronteira entre natureza e cultura, faz o artefato cultural parecer e aparecer como um produto da natureza.

Heiter ist die Kunst, "límpida é a arte", disse o poeta alemão Schiller.

MU-GA, MU-I

(o não-Eu, o não-Fazer)

Intimamente ligados ao conceito de *Karumi* os conceitos artísticos, mas religiosos na base, de *muga* e *mu-i*.

Muga é "não-Eu". *Mu-i* é "não-Fazer".

São conceitos taoístas incorporados pelo Zen-budismo.

Muga é "despersonalização", a condição para a verdadeira criação artística, que se dá, pura, quando a *persona*, a máscara convencional do nosso insignificante eu cai e aflora a força original e indeterminada da nossa natureza, genérica e coletiva. Impessoal e anônima.

A arte ocidental (principalmente, a poesia) sempre colocou ênfase exagerada na "expressão do eu", tendência exacerbada pelo romantismo.

Mu-i, "não-Fazer", é um conceito tipicamente taoísta. É um princípio dinâmico. O fazer taoísta é um fazer conforme o Tao, conforme a lógica íntima do processo das coisas, é um conformar-se, vale dizer, é um "não-Fazer".

No terreno da criação artística, *mu-i* favorece a espontaneidade sábia, a entrega ao processo, a obliteração e anulação de um Ego que "quer fazer algo", dando lugar a um criar que se assemelha mais aos processos da natureza, um deixar-se ir, uma Abertura.

Tributária desta concepção, o músico de vanguarda americano John Cage, que usa as indeterminações aleatórias do *I-Ching*, como método de disciplinamento (e mortificação) do Ego. A obra é fruto de conjunções e conjunturas que independem de um Eu que quer e, como quer, faz.

Disse um sábio chinês: "faça as coisas como elas mesmas fariam, se pudessem".

Assim possamos fazê-las.

Paulo Leminski, autor, entre outras obras, de *Catatau* (1975), *Não fosse isso* (Zap, 1980), *Caprichos e Relaxos* (Brasiliense, 1983/Círculo do Livro, 1987), *Agora é que são elas* (Brasiliense, 1985), *Três, a Paixão segundo a Revolução* (Brasiliense, 1985), *Anseios Crípticos* (Clar Edições, 1986), *Distúrbios vencessemos* (Brasiliense, 1987). Sua atividade de tradutor compreende a recriação para o português de Petronius, Beckett, Mishima, John Lennon, Jarry, Ferlinghetti, Fante e Joyce.

AYVU RENDY VERA: O CANTO RESPLANDECENTE

Plegária dos Mbyá-guarani de Misiones

Luli Miranda

Josely Vianña Baptista

Na província argentina de Misiones, assenta-se um pequeno grupo Mbyá, etnia indígena pertencente a uma das quatro parcialidades do tronco linguístico guarani, que vive, em sua maioria, na região oriental do Paraguai, além de no nordeste da Argentina e sul do Brasil.

A margem da existência dos habitantes de Misiones, os Mbyá trabalham a madeira (contemplando o desmatamento que vem desnudando a região), esculpindo as talhas, os animaizinhos cantados em suas milenares plegárias (cantos ou hinos sagrados) de caráter mágico-religioso. Sempre que passava pela ponte do arroio Cuñá Pirí, sobre a Ruta 12, e via os índios à beira da estrada vendendo os animaizinhos para sobreviver, Carlos Martínez Gamba — narrador e poeta paraguaio, pioneiro da moderna literatura em guarani — lembrava-se da recomendação de um importante etnólogo paraguaio, León Cadogan, de que se levantasse os cantos míticos dos Mbyá ai assentados.

Como os índios fecham-se em silêncio, só transmitindo suas plegárias a pouquíssimos brancos que fazem por merecer sua confiança,

Martínez Gamba demorou em conseguir coletar esse material. El canto resplandeciente — Ayvu rendy vera (compilação, prólogo e notas de C.M. Gamba. Buenos Aires, Ediciones del Sol, 1984. Edição patrocinada pela Universidad de Misiones) reúne uma parte dos ricos mitos Mbyá compilados. Cantos sagrados, tramas de sons e palavras que guardam os mistérios de sua cosmogonia, as plegárias fazem parte de um acervo mitopoiético que não pode se perder.

Aqui, oferecemos uma pequena amostra desses cantos: Mba'e ã'ã, plegária passada oralmente a Martínez Gamba pelo informante Mbyá Lorenzo Ramos. A tradução, feita a partir do texto em Mbyá-guarani, cotejado com as traduções para o guarani paraguaio e o castelhano, busca trazer para o leitor de Nicolau uma sílaba dessa Palavra mágica que, como o povo que a entoa, apesar dos pesares resiste.

MBA'E ã'ã

Namandu Ru Ete Tenonde!

Aipo jewýma ajae'o;
a'e ramo ma, nemingatu i eý jewýma ajae'o,
arojeapo água che tatchina rupa nemomba'eawýkýgui,
che tatchina rupa raká potý nemomba'eawýkýgui,
urukure'a i ra'anga i te ma,
aguara i javaete i va'e,
tatu ai,
guachuará,
a opa mba'e rei rei ra'anga i te ma,
a'ete i va'e oime nde yva rokáre.

Arojeapo água ajaka para ete i,
ajaka guachu,
mimby i pu porá megua i,
mimby reta i,
wyrapa reko achy,
u'y achí reko achy

A'e gui maé, juruápy ame'ê remove,
aupity va'erá cho'o i,
mba'e é'ê i,
juky i é'ê ro,
u'ichí reko achy,
che retará kuéry a'e javi kue i reve roupi água,
ore ratapy rupa mbow i re,
ore, yvára tyre'y mbow mbow i
rojoqueropyta i va'e
nde wyýpy poteri.
Ywypo amboae i kuéry ame'ê remove.

Aipo ajae'o ñendu imondowy.
Namandu Ru Ete Tenonde!

PLEGÁRIA

Namandu, Pai Verdadeiro, o Primeiro!

Ouve de novo meu cântico;
quando canto de novo meu claro cântico,
para fazer com o que toco com meus leitões de nevoeiros,
com o que toco com os ramos em flores de meus leitões de nevoeiros,
imagenszinhas de pequenas estrigas,
tigres terríveis,
amarelos tatuzinhos,
pumas comedores de veados
e todo tipo de totenzinhos,
pois os verdadeiros estão a um passo de teu paraíso.

Para fazer cestinhos ornados, os verdadeiros,
amplos canastos,
flautins de lindíssimos sons,
flautas unidas flautas,
imperfeitos arcos,
setas imperfeitas de pontas denteadas.

E só depois de os vender aos estrangeiros,
comprarei carne, um pouquinho,
pouquinho de açúcar,
pouquinho de sal salgadíssimo
e de imperfeita farinha de milho,
para comer junto com todos os meus irmãos, todos,
em torno aos poucos assentos de nossas fogueiras,
nós, uns pouco e pouco órfãos de teu paraíso,
ainda damos ânimo uns aos outros, apesar disso,
para ir vivendo a vida em tua terrenal morada.
Depois de aos forasteiros os ter vendido.

Escuta minha súplica,
Namandu, Pai Verdadeiro, o Primeiro!



Elucidário

Mba'e ã'ã: canto ou hino sagrado. ã'ã (hã'ã) significa "esforçar-se por conseguir algo". Os cantos e plegárias Mbyá constituem um esforço em busca de valor e força espiritual. (As notas baseiam-se em informações de León Cadogan, Martínez Gamba e Lorenzo Ramos.)

Namandu Ru Ete Tenonde: um dos nomes para o Criador, figura principal da teogonia dos Jeguakáva ou Mbyá.

Tatchina rupa: literalmente, "leito de neblinas". Refere-se ao côncavo da palma das mãos. Cadogan traduz por "neblina vivificante", por "expressar o conceito que

encerra para os Mbyá". Os camponeses chamam a neblina de tatatina. Jakaira Ru Ete é o deus dessa névoa: através das palavras geradas pela neblina de Jakaira, ou seja, através das mensagens que envia, os médicos agoureiros adquirem "la buena ciencia".

Nemomba'eawýkýgui: aquilo que se toca. Refere-se à madeira que está em contato com o côncavo das mãos ao se talhar um animalzinho.

Raká poty: ramos floridos. No vocabulário religioso, nomeia os dedos e unhas da tatchina rupa, "palma das mãos/neblina vivificante".

Yva: paraíso.

Ajaka para ete i: canastro enfeitado usado só por mulheres.

Mimby reta i: flautas ligadas, em fileira, usadas só por mulheres.

Juru: estrangeiro. Juru: boca; a: cabelo: os de-boca-peluda.

Guachuará: nome religioso do javuku, "puma". Significa literalmente "o que vai comer os veados". O u, raiz do verbo comer, confunde-se com o u final de guachu, "veado".

Luli Miranda é professora de Língua e Cultura guarani. Josely Vianña Baptista é tradutora de Carpentier e do *Paradiso* de Azorina Lima (Brasileira, 1987).

R E S E N H A

AS IDÉIAS NO JORNAL

Pois então Curitiba acaba de ganhar um jornal de idéias — *PRIMEIRA EDIÇÃO* —, cujo número zero, correspondente à quinzena de 7 a 22 de outubro, a esta altura não deve mais estar à disposição nas bancas. Creio, porém, que se o eventual leitor destas mal traçadas tiver o desejo de conferir se o estreante é mesmo um jornal de idéias, pode dar uma corridinha à sua banca preferida que, na certa, vai encontrar o último número.

Caso você não tenha lido o número zero lá vai uma pista: a entrevista (peça de resistência) é do prefeito Roberto Requião, que como sempre não usa subterfúgios quando fala de política e de políticos. Se no Paraná temos um prefeito literato (Adolpho Mariano da Costa, de Medianeira), não podemos desprezar o Requião, que mesmo sem ser escritor ou poeta (como o Horácio Rodrigues), é um intelectual que pensa em política. Esta frase, aliás, vale a entrevista e as 25 pratas do *PRIMEIRA EDIÇÃO*: "O Brasil precisa de intelectuais que pensem em política". Só não ficou suficientemente explicitado o que o nosso alcaide pensa da prosa e dos versos do acadêmico Sarney, hábil na criação de marimbondos que perseguem os brasileiros com suas ferroadas nada literárias.

Há também um texto sobre a Câmara dos Vereadores (e suas contribuições ao rol de cidadãos honorários), além de um balanço das atividades da Secretaria da Cultura que não coube todo no número zero e pretende prosseguir. A matéria explora vários ângulos dos negócios da cultura oficial, embora não aprofunde a discussão sobre o que, de fato, tem a autoridade a ver com a propriamente dita. Na verdade é uma discussão que está apenas engatinhando no Brasil e nem começou nas Araucárias.

Roberto Gomes, Luiz Geraldo Mazza e Toninho Martins Vaz são os articulistas do número zero de *PRIMEIRA EDIÇÃO*, que proclama em seu editorial de lançamento que é tudo e exatamente o contrário, ficando este resumo extremamente livre por minha conta e risco. Ou seja, *PE* pretende ser um jornal contraditório, portanto polêmico, assentado no fato de que tudo que é contraditório é polêmico, logo ... apaixonante. Lembra também ao leitor que, acima de todas as coisas, e em primeiro lugar, quer ser um jornal democrático. É isto é muito bom.

Um jornal como outro produto qualquer se faz com um certo domínio da tecnologia, alguma matéria-prima indispensável e idéias. Mais do que qualquer outro produto o jornal é o resultado da inteligência. É a medida inversa calculada por Gore Vidal, para quem não há o menor nexo no amontoado de palavras dispostas umas ao lado das outras por determinados intelectuais, mas sem nenhum resultado prático e benéfico. De resto, louve-se a coragem dos empresários que decidiram lançar *PE* numa época em que se lê tão pouco, e agora que já estamos definitivamente mergulhados na era que McLuhan batizou de "pós-Gutenberg". O tempo que Gore Vidal define como aquele em que o tipo linear foi substituído pelos métodos eletrônicos, daí que "não se pode negar que a geração que atualmente cursa a universidade é a primeira a ser educada dentro da tradição da televisão". Mas, como disse recentemente este exemplar operário das palavras Antônio Houaiss, "na imprensa brasileira o que está havendo é uma

qualificação progressiva dos profissionais. Nossos profissionais de imprensa cada vez são melhores", espero que tanto a assertiva vitriólica de Gore Vidal quanto a constatação esperançosa de Houaiss sejam cabal e plenamente reais em relação ao caçula da imprensa curitibana.

IVAN SCHMIDT

JORNALISMO SEM MÁSCARA

Nasceu meio caipira, feito o muxoxo que lhe deu o nome: pois é... Meses depois, sustentada pela ousadia e a independência possível, já merecia, sem qualquer favor, o carimbo de a melhor revista do Paraná. Livre da teia provinciana, metida a gente grande, *POIS É* deixou os limites de Maringá para impor-se ao Estado como uma publicação jornalística até os ossos, à procura de um público heterogêneo. Muitos ainda não a conhecem, 16 números depois. Faz pena: perdem tempo.

Temas pouco — ou mal — explorados pela imprensa paranaense merecem da *POIS É* o tratamento jornalístico decente. Capenga em recursos — afinal, ela é um sonho de três jornalistas, que cavocam em um mercado econômico árido e pouco acostumado a publicações sérias, mas larga em seus propósitos — a revista vem ganhando identidade, espaço e público. Desafia (e desafia-se) para assuntos como a formação de uma sub-raça no Paraná ou o poder messiânico do trio "parada dura" (prefeito, delegado e padre) nos municípios pequenos dos cafundós do país. E, com o mesmo apetite jornalístico, descobre perfis de interesse, como bilionários da Loto, ídolos da televisão, veteranos e amargurados do futebol, políticos espalhados ou sérios, entre dezenas. Ou mexe em inflamações, como a tortura, o homossexualismo, a exploração econômica da fé, o feminismo do campo, menores etc. Ou, ainda, envereda por temas esquecidos, como a gafe nossa de cada dia e as fofocas de salão.

Fora o tratamento jornalístico, a busca de uma boa qualidade de edição e a presença de algumas figurinhas conhecidas (Luiz Geraldo Mazza, Nelson Capucho, João Arruda, Walter Schmidt e Rosana Bond, entre outros), que emprestam-lhe o peso de sua pena, a revista esmera-se na receita total — fotografia, diagramação, impressão. Enfim, tem conteúdo e roupagem. Tem jogo de cintura, linguagem criativa acompanhada de códigos já padronizados e aceitos pelo consumo. Tem folêgo, contaminada pelo vírus da informação e do questionamento. Tem pique, já vista pelos anunciantes como um veículo de ecos, que vende nas bancas e tem repercussão. Tem garra, o visgo de três profissionais — Messias Mendes, José Antonio Moscardi e Luiz Carlos Rizzo, que quase abandonam a vida para dedicar-se a cada momento da revista. Tem mais um bando de pessoas, quase à imagem e semelhança dos criadores da publicação, feito um exército de brancalões que riem à toa depois de cada parágrafo. Ou seja, de cada número. O trabalho — e há milhares de leitores conferindo — vale a pena.

NILSON MONTEIRO

ODIÁRIO, MAIS UM?

Só a existência de nove jornais diários transforma Curitiba num caso único em matéria de saturação dos meios de comunicação impressa e sem paralelo no país. O pior é que a esmagadora maioria desses órgãos dá o mesmo tipo de informação, onde prevalece o pré-enrolado dos *releases*, oficiais ou de natureza privada. Mais privada do que natureza, em ambos os casos.

Tirando os jornais de Pinheiros e do ABC, São Paulo tem apenas sete e, em Porto Alegre, mercado bem mais denso que o nosso, há dois.

Espera-se a todo o momento, como se fosse a chegada de Godot, a volta do rei Sebastião, o retorno da Velha Senhora ou a queda do maná bíblico, que surja algo que opere como um corte epistemológico na pasmaceira. Nada acontece, e quando vem algo surpreendente, como a publicação *Forma*, de Cleto de Assis e Philomena Gebran, esta alcança um público muito especial, mais refinado. É o que se repete com a *Gráfica* do Mirandinha, que nos projeta em cenário mundial. No campo supostamente humorístico e na trilha do *Pasquim* tivemos o *Scaps* do Toninho Vaz, proposta menos presunçosa do que *Odiário*, o saque mais recente, que se vale também de um auditório muito restrito e com um código de texto e de humor onde se denunciam reflexos de *O Planeta Diário*, que iniciou bem e hoje se enrolou no cipó da sua graça fugidia, às vezes grosseira, lembrando a piada rústica de *O Saravulho*, um manual (ou manual?) de insuportáveis anedotas portuguesas. *Odiário* investe num campo em que a revista *Senhor*, fim dos anos 50, obteve menses inigualáveis não apenas em proposta jornalística, valorização do texto, arte gráfica, mas por nivelar-se a publicações universais. Sendo de Curitiba, apesar de bem feitiço, razoavelmente seletivo nos textos, não consegue mostrar a face da cidade e do seu ecossistema cultural e nem ser cosmopolita, a extrema deformação a que normalmente todos se lançam em nome da atualidade.

O rigor com o grafismo é tanto, que anúncio e texto não se diferenciam, o que, convenhamos, é um mimetismo desconfortável para o reclamante e constrangedor para a informação não comercial.

LUIZ GERALDO MAZZA

PRIMEIRA EDIÇÃO. Ano 1, n.º 0, 7 a 22 out. (Rua XV de novembro, 525, conj. 3, Curitiba, Paraná) Czs\$ 25,00.

POIS É. Publicação mensal da MRM (Rua Joubert de Carvalho, 623, conj. 506, Cx. p. 1579, CEP: 87.010, Maringá, Paraná) Czs\$ 45,00.

ODIÁRIO. N.º 1, set. 1987. Tablóide mensal da Lagarto Editores (Cx. p. 1118, Curitiba, Paraná, CEP: 80.000) Czs\$ 20,00.

R E S E N H A

cartas na página

Gostaria de saber como faço para apresentar um grande amigo, que mora em Goiânia, com uma assinatura deste incrível tabloide cultural. **Neusa Rodrigues de Oliveira**. São Paulo - SP.

Basta enviar à redação de *Nicolau* o nome e endereço de seu amigo que ele passará a receber o jornal, automaticamente, todos os meses.

De passagem por essa capital fui apresentado com o *Nicolau*/4. Parabéns pela qualidade dos trabalhos e arrojo gráfico. São poucas as publicações do país que atingem esse nível. Como não quero me ver privado de acompanhar o movimento cultural paranaense, solicito-lhes o obsequio de inscrever-me no rol dos assinantes, informando-me, para tanto, o valor da anuidade a ser remetida. **Tibério de Sousa Filardi**. Varginha - MG.

Seu endereço já está em nossa lista de remessa. O *Nicolau* tem distribuição rigorosamente gratuita.

Num país onde (cada vez mais) proliferam publicações idiotas, sórdidas, áridas e outras igualmente desimportantes, surge, enfim, uma publicação como *Nicolau* para, bravamente, romper o marasmo cultural. Histórica e culturalmente *Nicolau* tem um significado infinito. E mais: surge de uma terra boa, distante para mim, e até aqui só vista e admirada através de suplementos de turismo. **Lucienne Samor**. Conselheiro Lafaiete-MG.

Sugiro que *Nicolau* seja enviado para todas as escolas paranaenses, pois esta publicação já começa a se configurar como o "retrato do Paraná". Sucessos gerais! **Jorge Baleiro de Lacerda**. Francisco Beltrão - PR.

Li em *Nicolau*/3, o artigo de Eduardo Nascimento — "Profissão: Artista Plástico". Quero dizer que fiquei com muita pena dele. Deve ser chato, quero dizer, desagradável, ter de assediar, mimar e apresentar jornalistas para virar notícia. Coitado! Quando eu crescer quero ser artista plástico. Espero ser tão boa que os jornalistas corram atrás de mim. **Josélia Lange**. Curitiba - PR.

Tenho acompanhado com muita atenção a trajetória de *Nicolau*. Meu único objetivo com esta carta é parabenizá-los por tão expressiva iniciativa. **Ornela Zara von Arkis**. São Paulo - SP.

Interessei-me viva e profundamente pelo *Nicolau*, encartado num dos jornais aqui da região. Magnífica iniciativa pois, além de refletir as nossas coisas, as coisas paranaenses, explora, com competência, aspectos da cultura brasileira e universal. **Célia Regina Sinkoc**. Marialva - PR.

Nicolau - muito inteligente e simpático. Devo o jornal numa passada. Precisamos de mais e mais *Nicolaus* neste país varonil. **Antonio Maia**. Rio de Janeiro - RJ.

Bom saber de *Nicolau*. Vivo acompanhando as coisas que acontecem no Paraná (é, a terrinha vai com a gente, pra todo

lugar). E *Nicolau* matou muita saudade repressa. Parabéns. Sucesso! **Werner Zott**. Joinville - SC.

Excelentes os artigos, contos, poemas que tenho lido em *Nicolau*. Avante. Vá em frente. Já é um sucesso que existe e acredito que persistirá. **Heitor Ari Maffon**. Curitiba - PR.

Os meus melhores votos de sucesso a esta grande iniciativa que é *Nicolau*. Parabéns. **Padre Félix Zavattaro**. Campo Grande - MS.

Esperamos contar sempre com *Nicolau*. Aliás, está sendo cuidadosamente arquivado (e encadernado) em nossa Biblioteca Central. **Guilomar Almeida**. Teresina - PI.

Parabéns pelo magnífico trabalho já realizado. *Nicolau* tem sido alvo de francos e calorosos elogios por parte de todos os habituais frequentadores de nossas instituições. Que Deus, o Criador, possa permitir sempre que os bons Espíritos nos assistam e nos auxiliem. **Deodato Cypriano Pinto**. Cruzeiro - SP.

Por favor, não me deixem sem receber *Nicolau*. Excelente, excelente mesmo, em todos os sentidos - gráfica e editorialmente. Parabéns. **Levi Rubens Peixoto**. Natal - RN.

Gratifica, despertando esperanças para o amanhã almejado, a existência de *Nicolau*. Orgulha ao paranaense, a feérica amostragem dos seus valores culturais, projetando-os além-fronteiras! Parabéns aos idealistas que o geram num momento de luz intensa. **Leonilda Hilgenberg Justus**. Ponta Grossa - PR.

Ao tomar conhecimento de *Nicolau*, senti que a inapetência que identifica a Secretaria de Cultura de Santa Catarina, em relação à literatura, é um fenômeno isolado, o que muito anima e estimula a todos nós que fazemos literatura neste país sem memória. Ainda bem que existem pessoas como vocês, transparentes em competência. A aparente simplicidade de *Nicolau* está longe de mascarar a qualidade dos textos veiculados, o bom gosto editorial, a variedade temática. **José Gomes Neto**. Presidente da Associação Profissional de Escritores de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

Parabéns pelo *Nicolau*/3, especialmente pela entrevista com Wilson Martins. **Paulo Ramos Derengoski**. Curitiba - PR.

Nicolau - paixão à primeira vista. Excelente a qualidade gráfica, bem como os textos - sérios e muito bem elaborados. **Clério José Borges**. Olinda - PE.

Helena Kolody estava simplesmente sublime em *Nicolau*/3. Que beleza! Que raros momentos iluminados desta poeta - voz universal de toda arte. Lindo. Parabéns! **Maria Augusta Limeira**. Londrina - PR.

Extraordinariamente feliz a capa de *Nicolau*/3 - o belo desenho de Denise Roman. Mas *Nicolau* não é só capa. O con-

teúdo da publicação está no mesmo nível. Até que enfim o Paraná dá as caras - em grande estilo. **Afonso Martins**. Foz de Iguaçu - PR.

Muito me alegra este *Nicolau*. Sou meio-paranaense. Mas não é somente por isto. Mais forte é a qualidade do suplemento, com boa feição gráfica e publicando o texto carregado de sentido forte e de atual importância. Torço para que *Nicolau* tenha vida longa. **Alcides Buss**. Florianópolis - SC.

Belo e bom o seu, o meu, o nosso, o vosso Papai Noel *Nicolau*. Um grande barato! **Guilherme Mansur**. Ouro Preto - MG.

Aqui em Uhländstrasse, li o último *Nicolau*, que vem de encontro ao que penso e torno a dizer sobre o jornal. Ele irá ganhando cara aos poucos. Tem um tom usado, no bom sentido, o que não lhe permitirá cair num equívoco comum nesses casos nânicos e guarnizés: tentar ser o *Opiário* ou o *Movimento* ou o *EX* do Paraná; enfim, viver um vício qualquer, um manerismo, pensando que vive uma virtude inauguradora de alguma coisa. Creio em *Nicolau* a partir do nome. Já se viu. **João Antônio**. Berlim - RFA.

Fico ansiosa esperando e procurando, sempre, dentro dos jornais, se já chegou *Nicolau*. E quando o descubro, é sempre uma renovada alegria. Continuem em frente. O trabalho de vocês vale ouro. Assim dá gosto ser contribuinte... **Maria Aparecida de Oliveira**. Maringá - PR.

Dirigimo-nos a Vossas Senhorias para comunicar-lhes que este Legislativo aprovou, atendendo a Requerimento do Vereador Antonio Hohlfeldt, Voto de Congratulações com o jornal *Nicolau*. **Brochado da Rocha**. (Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre). Porto Alegre - RS.

Renovados parabéns pelo *Nicolau*, cujo ótimo nível comentei, esse dia, com amigos como Antonio Torres e Silviano Santiago. O tabloide está ótimo mesmo. Parabéns e bola pra frente. **Edilberto Coutinho**. Rio de Janeiro - RJ.

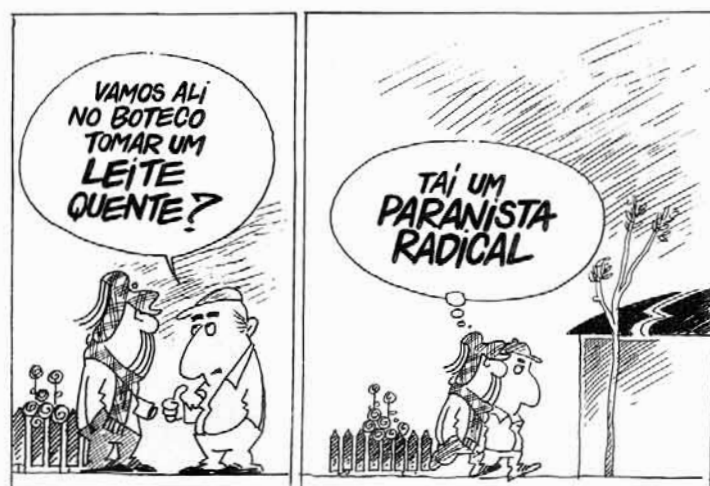
Fantástico o número 3 de *Nicolau*. Helena Kolody extrapolou em "Transfiguração". A capa de Denise Roman mexeu comigo, pois (também) sou vidrado em desenho. **Jorge Domingos**. Petrópolis - RJ.

Lindo o *Nicolau*. Parabéns. Isto só poderia vir do Paraná. *Nicolau* é o que nos falta aqui na Bahia. "Ah, triste Bahia/Triste Recôncavo". Longa vida para o tabloide! **José Carlos de Souza**. Salvador - Bahia.

Viva *Nicolau*. É o nosso Paraná muito bem representado, através do que de melhor temos - os nossos talentos - seja no jornalismo, na poesia, na narrativa, nos brilhantes ensaios e resenhas. Viva! **Emerson Luiz Vega**. Londrina - PR.



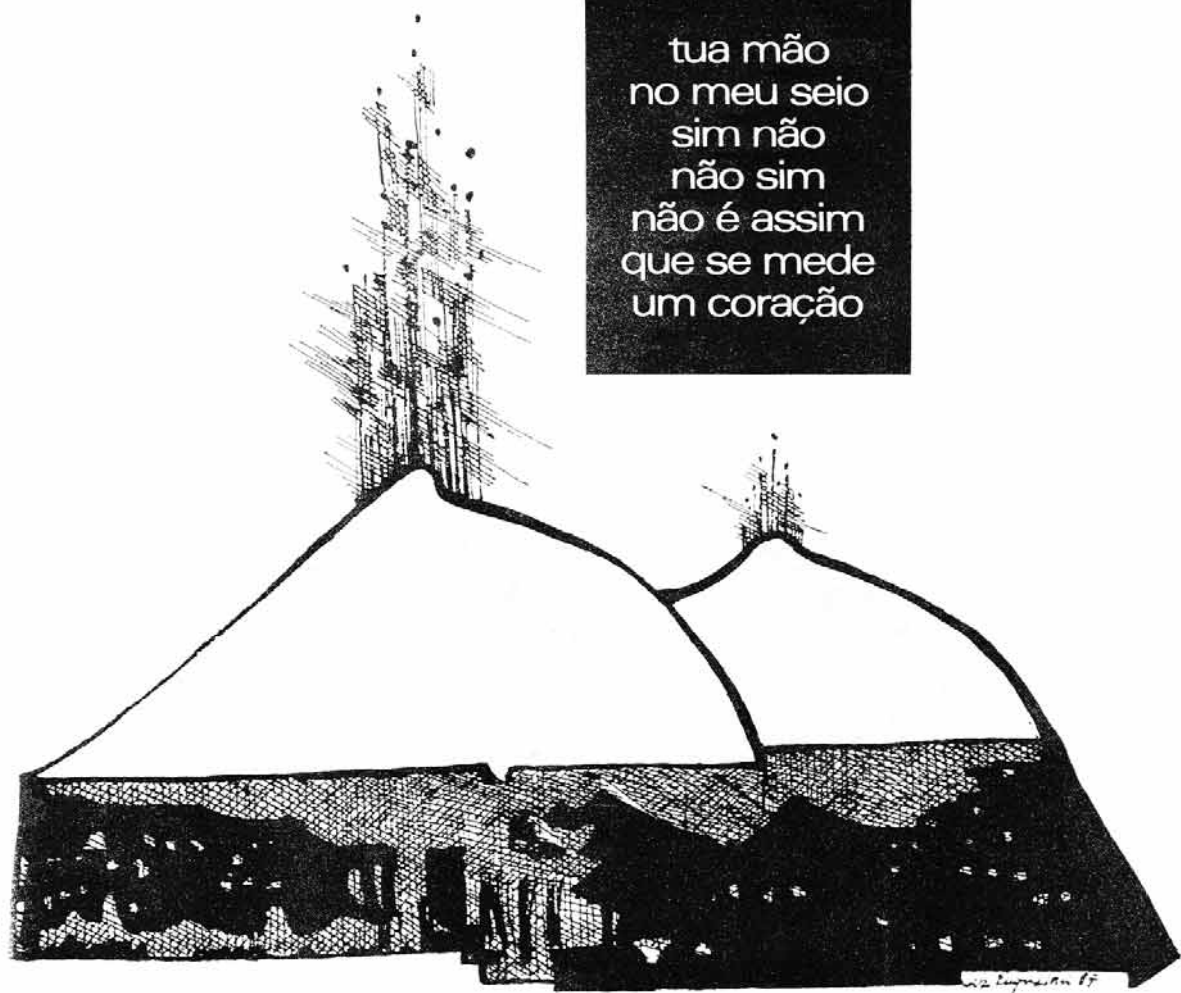
As cartas dirigidas ao *Nicolau* poderão, por clareza e espaço, ser editadas resumidamente. Escreva, opine, sugira.
Rua Emanoel Pereira, 240
CEP: 80.410 Curitiba - Paraná.



DANTE
mendonça

A L I C E D R U I Z

tua mão
no meu seio
sim não
não sim
não é assim
que se mede
um coração



de noite
um céu
de estrelas e pêssegos
de dia
um chão cheio
de coisas maduras